

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNÍ-VOSI

A Classe Operária

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

ANO 66 - VI FASE - Nº 42 - DE 11 A 24 DE MAIO DE 1990

Cr\$ 30,00



Agora sem disfarces

Ao atacar com violência inédita os salários e as estatais, o governo dá o tiro errado contra a recessão, compromete a sua imagem de protetor dos descamisados e cria involuntariamente condições para uma mudança importante na disputa eleitoral deste ano. Cobertura especial, nas páginas 5 a 9.



Chacina do Pará: latifúndio implicado

Polícia descobre verdadeiro arsenal, mas não acaba com o clima de terror no Estado.
Págs. 10 e 11

Arraes quer união

O ex-governador de Pernambuco diz em entrevista exclusiva à Classe que o país só conhecerá mudanças se o povo se unir num projeto nacional.
Págs. 12 e 13



Gente brasileira nas
águas de "Pantanal"
A novela da Manchete inova e faz o público
esquecer os clássicos "Globo"
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

A volta do Decreto-lei

O caminho que o governo Collor vem trilhando, refletido no método que escolheu para governar o país, vem provocando estaremto e inquietação em toda a nação brasileira. O presidente da República jurou em seu discurso de posse respeitar a Constituição e preservar as instituições democráticas. Mas na prática decidiu ignorar a Carta Magna e considerar os demais poderes meras dependências do Executivo.

Contrariando a expectativa da nação, que durante longos anos lutou pela democracia, o país volta agora, através do recurso abusivo, às Medidas Provisórias, a ser governado por uma nova forma de Decreto-lei, como nos tempos da ditadura. Não se questiona o direito do Executivo a tomar iniciativas legislativas. Nem o fato de a Medida Provisória ser um instituto jurídico constitucional. Mas numa situação de normalidade essa iniciativa se dá através do envio de projetos de lei e da negociação baseada no respeito mútuo entre Executivo e Legislativo e, dentro deste, entre as lideranças partidárias.

Além disso, a Constituição é explícita ao prever que a Medida Provisória só deve ser usada em casos de urgência e relevân-

cia. Não pode ser, portanto, de uso corriqueiro, o que implica a necessidade de regulamentar em Lei o dispositivo constitucional que a instituiu, apesar da opinião contrária do ministro da Justiça, Bernardo Cabral.

Não se trata de questão formal. Fica evidente que, ao apoiar-se no decreto-lei, travestido em Medida Provisória, Fernando Collor imprime estilo ditatorial ao seu governo, o que constitui séria ameaça ao futuro da nação, cujo desenvolvimento pro-

gressista depende antes de tudo da liberdade política.

Mais grave em tudo isso é que o recurso à Medida Provisória se tornou corriqueiro com a finalidade de legislar, no caso impor políticas e normas, sobre questões de fundo relativas aos interesses mais sentidos e fundamentais do país. Usando-as como arma, o governo decretou todo um plano com repercussões a longo prazo sobre a vida do povo e o desenvolvimento em perspectiva da nação. Apenas pa-

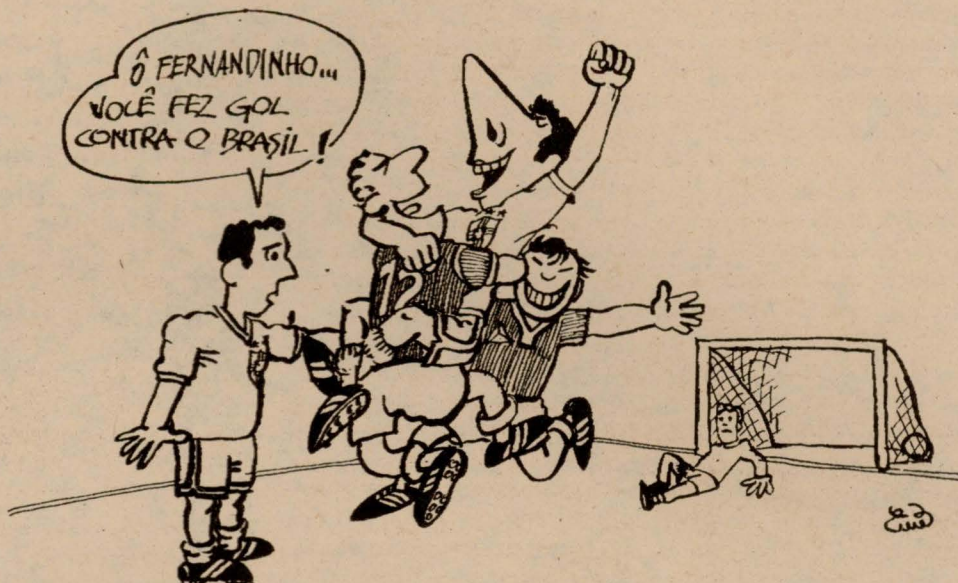
ra citar um exemplo, em si mesmo eloquente porque grave, o governo passa à ofensiva, através da Medida Provisória, contra as empresas estatais necessárias ao desenvolvimento soberano da nação. É possível resolver isso por decreto, sem consultá-la? Positivamente não!

Os efeitos perversos do plano governamental estão a evidenciar que o Brasil necessita de outros métodos e estilo de gestão. Quer-se impor recessão, desemprego, redução dos salários, como orientação e decisão de política gover-

nemental sem que sobre isso se discuta porque tido como fato consumado. Não se pode pretender pauperizar ainda mais os trabalhadores através de ordens inaceitáveis demagogicamente maquiadas através de gestos de exibicionismo. A crise profunda que o país atravessa exige medidas patrióticas e o esforço nacional. Mas isso não se fará penalizando ainda mais o povo e fechando-lhes os canais democráticos de discussão e decisão.

Infelizmente, o Congresso não se mostrou à altura das suas responsabilidades. Até agora serviu como instância homologatória dos atos do governo, que pretende desmoralizá-lo e descartá-lo caso não seja esta sua postura.

Mas o governo está redondamente enganado se considera eficaz seu método. Não tarda a remontar a mobilização do povo por seus direitos, pela democracia e pela independência nacional. As manifestações no 1.º de maio em Volta Redonda e o protesto da última semana no ABC paulista mostraram que começam a surgir resistências de massas à política em curso. Cedo ou tarde o engodo será rejeitado pelo povo e este saberá encontrar o caminho da luta para mudar os destinos do país.



No Rio, uma disputa nacional

Maria Dolores Bahia *

A definição do quadro sucessório para o governo do Estado do Rio de Janeiro amadurece. Mais do que em qualquer outro Estado, no território fluminense a disputa entre os vencidos e vencedores do pleito de 1989 será acirrada. O grande embate se dará entre a candidatura alinhada ao governo Collor e a vinculada às forças populares, materializada em torno da coligação PDT, PCdoB, PV e PCB.

No fogo cerrado dessa polarização, ficará a coligação PT/PSB, com chapa própria. Resta o PSDB, que permanece indefinido, mas que poderá jogar importante papel no campo democrático, caso se defina pela aliança tendo à frente o PDT, como parece possível. Os

“tucanos”, assim agindo, ficariam coerentes com a sua participação no palanque de Lula no segundo turno. Dessa forma, reforçariam a frente, capaz de infligir expressiva derrota política ao candidato de Collor.

No campo dos aliados do presidente Collor é grande o esforço e a consciência da necessidade de se unir para dividir as forças progressistas, tentando impedir a vitória de Brizola. Esquecem diferenças, disputas eleitorais de caráter paroquial e reconciliam-se poderosos caciques políticos, outrora inimigos. Tudo fazem e farão para formar o “frentão colorido anti-Brizola”. Assim ficou demonstrado no resultado da convenção do PMDB, que

uniu Moreira Franco e Nelson Carneiro.

Até o momento, no campo da direita, existem duas articulações - uma liderada pelo PMDB e outra pelo PFL, que já forma com PDS, PDC, PTB, PTR e PRN a “Frente Liberal Trabalhista”.

A novidade no cenário político fluminense é que, fruto da eleição de Collor e da frente única formada em torno da candidatura de Lula, hoje a bandeira do antibrizolismo ficou tão-somente na mão da direita. Seu objetivo não visa atingir apenas a figura de Brizola, mas o seu papel aglutinador das forças de oposição popular ao governo.

Alheio a tudo isso, o PT recusou a uniao-

das esquerdas e desceu do palanque do segundo turno da eleição presidencial. Retrocede a uma posição exclusivista e deixa de enxergar nada além dos seus próprios interesses. O caminho está traçado. Para enfrentar o perigo da fascitização do governo Collor e seu projeto desnacionalizante, os democratas e progressistas terão que trilhar no primeiro e segundo turnos os passos da coligação capitaneada pelo PDT. E transformar o Rio de Janeiro em uma fortaleza de defesa das liberdades e de combate às novas elites instaladas no planalto.

* presidente do PCdoB no RJ e membro da direção nacional

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Eleições 90 em fase de aquecimento nos Estados

A eleição para governadores de Estado, Assembleias Legislativas e Congresso Nacional começam a entrar na ordem do dia da vida política brasileira como a questão que de agora até outubro estará no centro das atenções. As articulações entre as forças políticas para a composição das chapas majoritárias e a formação de coligações para as proporcionais indicam certa dispersão no campo conservador e em importantes Estados a divisão das forças progressistas. O governo Collor não declara explicitamente apoio a nenhum candidato mas costura acordos e trabalha com variadas alternativas. Em São Paulo, por exemplo, aguarda o desenrolar dos acontecimentos para se definir por Maluf ou pelo candidato de Quéricia.

Decisões insólitas

Nos centros eleitorais de maior densidade a esquerda ainda não conseguiu reproduzir a grande aliança formada por ocasião do 2º turno, em decorrência da atitude antiunitária de direções locais do PT. No Rio de Janeiro, apesar dos apelos do PDT e do PCdoB à unidade, a seção petista decidiu lançar candidato próprio. No Rio Grande do Sul o exclusivismo e o sectarismo conduziram o PT a semelhante posição. Atitudes como essa acabaram por repercutir na posição do PDT em Minas e em São Paulo, onde as direções do partido de Brizola têm se recusado, em contrapartida, a se incorporar às frentes formadas

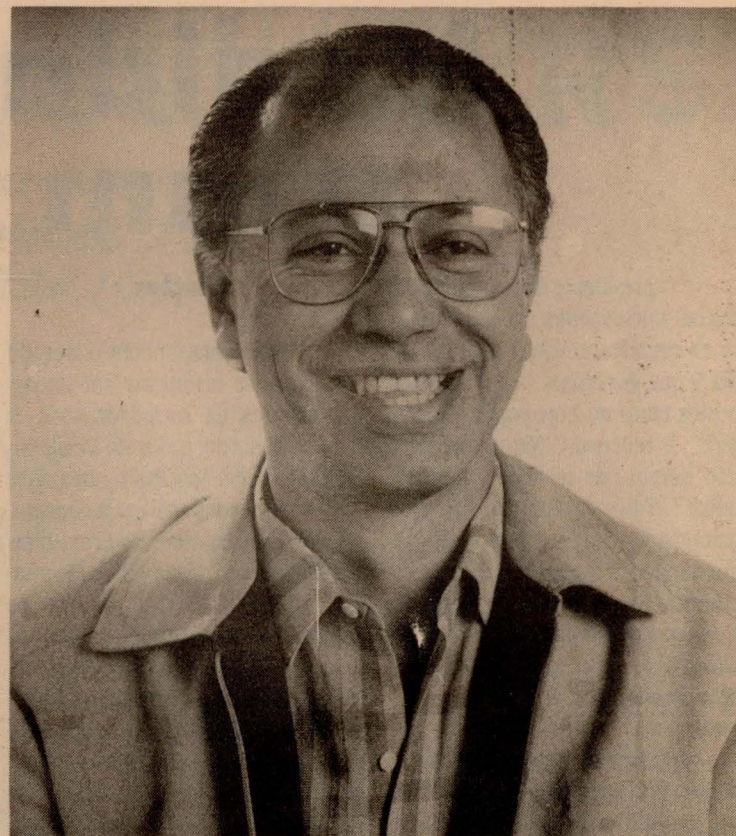
em torno dos candidatos do PT.

Nos últimos dias essa visão equivocada levou o Partido dos Trabalhadores a decisões insólitas, diametralmente opostas ao espírito unitário que presidiu as relações entre os partidos progressistas na eleição presidencial. Na Bahia, o encontro estadual petista decidiu não fazer coligação nas eleições proporcionais e lançar candidatura própria ao governo estadual. E em Goiás a convenção estadual petista adotou resolução de não se coligar com o PDT e o PCdoB (ver no box nota da Comissão Executiva do PCdoB em Goiás).

O Partido Comunista do Brasil continua tentando, apesar dessas dificuldades, promover a união entre os partidos progressistas, de acordo com a compreensão de que somente unidos esses setores conseguirão ocupar posições importantes através da conquista de governos estaduais e eleger uma numerosa bancada para o Congresso Nacional.

Começa a campanha

Em muitos Estados o PCdoB põe em movimento a sua força, lança seus candidatos e inicia a campanha eleitoral. Em 11 de maio um grande ato político e cultural no Circo Voador, no Rio de Janeiro, marcou o lançamento das candidaturas de Jandira Feghali e Edmilson Valentim para deputados federais e de Dilcélia Nahom e Gilber-



Haroldo Lima é candidato à reeleição

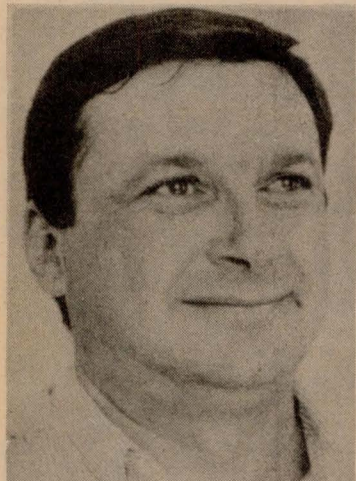
to Lobato a deputados estaduais. Em Brasília, também no dia 11, o PCdoB começou em grande estilo com um ato político, a campanha de Agnelo Queiroz a deputado distrital e Moacyr Oliveira Filho a deputado estadual.

Em Minas Gerais, a coordenação da campanha, recentemente instalada, já está em plena atividade. Sérgio Miranda, candidato a deputado federal e Edmundo Vieira, para deputado estadual, estão com a agenda cheia e num ritmo característico dos momentos de pique. Sérgio visitou as principais regiões do Estado - Triângulo, Vale do Aço, Zona da Mata, Norte e Sul de Minas, onde realizou dezenas de reuniões de massas e com lideranças locais, obtendo expressiva adesão. Edmundo, candidato lançado pelas bases operárias de Betim, visitou o Vale do Aço e já conta com um bom número de metalúrgicos e sindicalistas em sua campanha.

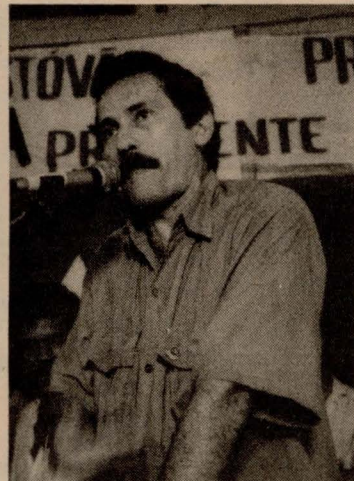
Neste dia 11 também a Bahia viveu um momento de aquecimento da campanha dos candidatos do PCdoB. Haroldo Lima, e Lídice da Mata (candidatos à reeleição à Câmara dos Deputados), além de Luiz Nova, Vandilson Costa (que lutam para se reelegerem deputados estaduais), Zezé Rocha e Messias Gonzaga, também candidatos

à Assembleia Legislativa baiana, fizeram no Jardim da Piedade o "Papo na Praça", onde conversaram durante horas com populares sobre os problemas nacionais.

Um clima de grande expectativa está sendo vivido em Pernambuco em relação ao lançamento, dia 27 de maio, em grande ato político com a participação de Miguel Arraes e integrantes da chapa majoritária, dos candidatos Renildo Calheiros (deputado federal) e Luciano Siqueira (deputado estadual). Ceará, Rio Grande do Sul e São Paulo também estão em ritmo de trabalho intenso para preparar os atos de lançamento dos candidatos comunistas. Em São Paulo, Aldo Rebelo (deputado federal), Jamil Murad e João Bosco (deputados estaduais) estão arregimentando forças junto com a militância do PCdoB para a realização de um ato político dia 2 de junho. No Rio Grande do Sul a apresentação de Edson Silva (deputado federal) e Jussara Cony (deputada estadual) ao eleitorado está programada para 25 de maio, culminando um processo de lançamento das candidaturas iniciado no interior nas cidades de Caxias, Canoas, Rio Grande, Santa Maria, Ijuí, Cruz Alta e Bento Gonçalves. (Das sucursais).



Sérgio Miranda



Luciano concorre em Pernambuco

PT divide a esquerda em GO

Tendo em vista o primeiro turno das eleições de 90, o PT, em Convenção Estadual, realizada no último dia 6, decidiu rejeitar a coligação com o PCdoB e por consequência, liquidar com a Frente Brasil Popular em Goiás. Isto depois de anteriormente já ter inviabilizado a união mais ampla dos partidos progressistas, ao recusar, também, a coligação com o PDT e PSDB. E isto não somente em Goiás. Nacionalmente o PT dividiu, quando era plenamente possível e necessário unir forças do povo.

Temos a convicção de que esta decisão do PT é extremamente contrária à vontade e aos interesses dos trabalhadores e do povo goiano. Os petistas assim decidiram desprezar o maior legado que a campanha de Lula para presidente havia proporcionado: o início da construção da união do povo e dos partidos de esquerda.

Essa atitude se revela ainda mais grave e historicamente irresponsável quando a direita, encastelada no Palácio do Planalto, momentaneamente se encontra fortalecida. E em

nosso Estado fragmentada em várias candidaturas majoritárias e, portanto, em condições de ser derrotada. Diante desse quadro, quem consciente ou inconscientemente golpeia a união do povo e das forças do progresso faz o jogo do inimigo ao cair na armadilha collarida da divisão. Esta é a tática de Collor: dividir a esquerda para eleger "Rezendes" ou "Cane-dos" pelos diversos estados e obter maioria no Congresso Nacional.

O PCdoB esclarece a opinião pública de que tudo fez para manter e ampliar a unidade, tudo fez para que a divisão não acontecesse. Reuni-nos com os diversos segmentos do PT, com seus parlamentares, com suas lideranças e posteriormente com toda a sua executiva regional. Pacientemente, tentamos nestes contatos persuadir os companheiros de que a unidade é o único caminho correto. A unidade, é verdade, encontrou simpatia e apoio de alguns setores lúcidos do PT. Mas infelizmente prevaleceu a insensatez. Portanto, a divisão, a liquidação da Frente Brasil Popular

em Goiás é de inteira responsabilidade do Partido dos Trabalhadores.

Consideramos, também, vergonhoso o argumento veiculado pelo candidato petista a governador de que a razão principal da não-coligação seria a campanha anticomunista em curso. Pergunta-se: Por que no ano passado os petistas receberam com entusiasmo a coligação com os comunistas para a campanha de Lula? Sem o PCdoB Lula não teria ido para segundo turno.

O PCdoB tem consciência de que para barrar a política antinacional e antipopular do governo Collor é importante a eleição de governadores, senadores e deputados progressistas. Continuaremos nosso esforço pela unidade. Conclamamos as forças democráticas e progressistas e os partidos que as representam a se unirem, ainda no primeiro turno, para que possamos, sintonizados com o anseio dos goianos, derrotar as forças reacionárias e propiciar a vitória do povo.

Ceará homenageia PCdoB

A Câmara Municipal de Fortaleza registrou a passagem do 68º aniversário da fundação do Partido Comunista do Brasil, consignando em ata voto de congratulações da Casa pelo transcurso da data. A homenagem, feita por iniciativa do vereador Inácio Arruda, assinala que "desde o distante ano de 1922 até os dias de hoje tem sido constante a presença do PCdoB nas principais lutas históricas do país".

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Medidas Provisórias criam insegurança

O presidente da República declarou solenemente em seu discurso na reunião ministerial do último dia 9 que governará "com os olhos postos tanto no hoje como no amanhã". E reiterou: "Não podemos e não iremos, de maneira nenhuma, falhar". Talvez queira dar mais uma demonstração de segurança, tal como nos gestos espalhafatosos e exibicionistas de suas práticas esportivas, e convencer a todos de que sua plataforma de governo trará a felicidade aos brasileiros.

Mas, passada a euforia dos primeiros dias imediatamente posteriores à edição do plano econômico, vai ficando cada vez mais patente que a certeza presidencial não é comungada pelo conjunto da nação. Esta começa a viver em clima de insegurança e medo, submetida a um presidente que julga sua autoridade sagrada e inquestionável. Aliás, foi o próprio quem ameaçou, discursando em Uberaba (MG) no dia 3, durante inauguração da 56.^a exposição de gado zebu, sacrificar seus opositores no "altar da nacionalidade".

A seqüência dos últimos atos do governo é a frente da incerteza que começa a tomar conta da população. Numa demonstração não só de autoritarismo, mas também de estilo atrabiliário, o governo enviou sucessivas Medidas Provisórias ao Congresso ajustando Medidas anteriores e impedindo que o Congresso as emendasse.

Reações

A insatisfação com o método começa a se manifestar em setores organizados da sociedade civil. A Ordem dos Advogados do Brasil iniciou dia 9, em São Paulo, uma série de reuniões para analisar a constitucionalidade das Medidas Provisórias do Plano Collor. Na opinião de muitos juristas há flagrante desrespeito à Carta Magna. Sentindo a agressão que alguns atos do governo têm representado para a autonomia do Judiciário, alguns de seus representantes não têm poupado críticas ao governo. Foi o caso, por exemplo, do corregedor-geral do Superior Tribunal de Justiça, Antônio de Pádua Ribeiro, que condenou as Medidas Provisórias que proíbem a concessão de liminares em mandados de segurança e ações cautelares.

Ainda no dia 9, uma comissão integrada pela advogada Eliana Cárceres, representante da OAB paulista, pelo secretário de Assuntos Jurídicos da Prefeitura Municipal de São Paulo, Hélio Bicudo, e pelos membros da Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, Marco Antônio Barbosa e Paulo Guimarães, visitou o Congresso Nacional para protestar contra o uso abusivo das Medidas Provisórias. Trouxeram em seu apoio um manifesto assinado pelo jurista Gofredo Telles Júnior, pelo ex-presidente da OAB, Márcio Thomaz Bastos, e pelos presidentes da CUT, Jair Meneguelli, e da CGT, Joaquim Andrade. O manifesto, além de condenar

o autoritarismo do governo, faz críticas ao Congresso que "por ação ou omissão, colaborou na prática de graves violações aos direitos fundamentais da pessoa humana".

A atitude do Congresso, em relação à bateria de Medidas Provisórias do governo não tem sido um exemplo de zelo para com sua própria autonomia e independência. O senador José Paulo Bisol, também jurista, opina que "o Congresso não legisla mais sobre assuntos importantes, só homologa. Não somos mais um Poder. O grande legislador é o presidente Collor".

A primeira reação concreta no âmbito do Legislativo foi a elaboração de um projeto de lei do deputado Nelson Jobim limitando o uso das Medidas Provisórias. O Ministro da Justiça, Bernardo Cabral, bombardeou o projeto com a opinião de

que o dispositivo constitucional que institui a Medida Provisória é "auto-aplicável". Prevê-se uma queda de braço entre o Executivo e o Legislativo para resolver a questão, que devi-

do a manobras dos partidários do governo ainda não entrou na pauta de assuntos urgentes para votação antes do recesso parlamentar. (José do Carmo, Brasília).



Para o "jurista" Bernardo Cabral as Medidas Provisórias são "imexíveis"

NAS ENTRELINHAS DA NOTÍCIA

Clóves Wonder

Máfias disputam grande imprensa

Dois tipos de máfias tentam hoje em dia disputar, com as máfias já estabelecidas, o controle da grande e média imprensa nacional. Não só da imprensa, mas também dos meios eletrônicos de comunicação de massa: rádio, TV etc.

A mais ousada e que já angariou um certo espaço, principalmente nas emissoras de rádio das grandes cidades, é a que comercia com cultos religiosos, dominada por pastores de igrejas de diversos matizes que proliferam pelo interior do país e nas periferias das grandes cidades.

TV Record

A tradicional emissora paulista, que até há pouco tempo ocupava o terceiro lugar de audiência no Estado de São Paulo, foi adquirida por um desses pastores eletrônicos. E já começou cerceando a presença de outras religiões, principalmente os cristãos progressistas e as idéias progressistas em geral. Esses pastores dessas igrejas são profundamente conservadores e reacionários. Demitiram da Rádio Record, também adquirida por eles, o apresentador Paulo Barboza, de grande penetração popular, mas ligado à igreja católica. Foram buscar o ex-correspondente da Globo em Nova Iorque, Lucas Mendes, para dar um ar "blasé" ao seu noticiário, mas mantiveram as restrições a "assuntos

polêmicos" e setores progressistas da sociedade.

"Ondas curtas"

Na maioria das emissoras de rádio de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife e outras grandes cidades, pelo menos uma hora por dia da programação está entregue às mais variadas tendências de igrejas. Algumas emissoras têm uma programação de até cinco horas de pregação fanática, "curas" milagrosas e outras baboseiras mais.

Arrecadação milionária

Além das emissoras de rádio e agora de TVs, esses pastores costumam reunir seus seguidores inocentes em

grandes estádios de futebol, como aconteceu recentemente no Rio de Janeiro, onde, além de apregoarem curas e prometerem felicidade, arrecadam milhões de cruzeiros de contribuições "espontâneas".

Num desses "cultos" públicos, um pastor, o mesmo que adquiriu a TV e Rádio Record, arrecadou, segundo as autoridades, mais de 30 milhões de cruzeiros. Mas uma senhora presente passou mal e morreu durante os "milagres" e a questão toda veio a público.

Jogo do bicho

Disputando o prêmio a ponto de a máfia das seitas religiosas, os grandes homens do jogo do bicho agora entra-

ram no páreo. O primeiro passo foi agradecer editores e colunistas sociais e aparecer cotidianamente nas colunas sociais e de "potins" nos grandes jornais. Uma estratégia para adquirir legalidade e reconhecimento social. Não é raro ver nas colunas cariocas jantares de bicheiros com colunistas e até com o todo-poderoso chefe da Globo, Bonifácio Sobrinho, o Boni. O mesmo que vive visitando Castor de Andrade na prisão. Tem coisa aí.

Os bicheiros agora montaram um jornal sanguinolento no Rio de Janeiro, "O Povo", que segundo seu editor, o veterano repórter policial e porta-voz dos bicheiros, Amado Ribeiro, vende quase 50 mil exemplares por dia. "O Povo" é o nome do jornal dos bicheiros cariocas.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Gróblis

Operários dizem não a Collor

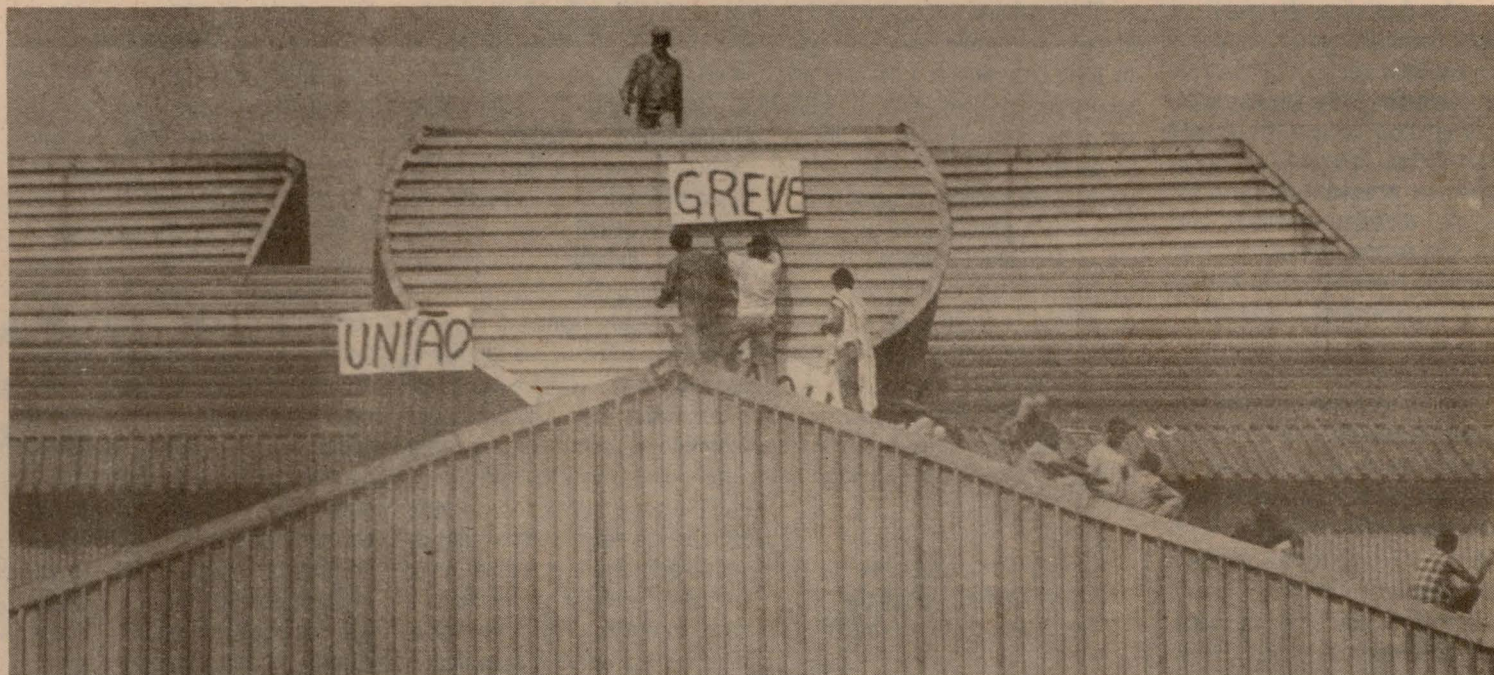
O governo federal ostentou durante as primeiras semanas de vigência do seu plano econômico índices de apoio popular que somados à homologação obtida no Congresso Nacional davam a impressão de que afinal o país tinha conseguido preencher a condição que faltava para fazer valer e dar certo um plano de estabilização econômica - a credibilidade.

Mas, muito antes do que Collor esperava, seu plano começa a sofrer reações e despertar o protesto popular. E o importante é que a resistência surge a partir da classe operária contra os aspectos mais essenciais da política econômica governamental - a desnacionalização da economia e a pauperização ainda maior do povo.

Pontapé inicial

O primeiro protesto de envergadura contra o "Plano Collor" ocorreu significativamente durante as comemorações do 1º de Maio na cidade de metalúrgica de Volta Redonda (RJ). Mais de 10 mil pessoas, em sua maioria operários da Companhia Siderúrgica Nacional, ali sediada, transformaram a manifestação do Dia do Trabalhador num vigoroso ato de protesto contra a anunciada privatização da siderúrgica estatal. No ato, operários, sindicalistas e militantes dos partidos de esquerda lançaram palavras de ordem e ostentaram cartazes e faixas exigindo a manutenção da empresa como patrimônio nacional. Vários oradores denunciaram a natureza entreguista do "Plano Collor" e conclamaram à luta pela soberania nacional, preservação da CSN e manutenção dos empregos.

O ex-governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, fez um vibrante discurso em que classificou a privatização da CSN como "o balão de ensaio para privatizar as demais estatais, uma forma de abrir as portas do país para as multinacionais". O líder pedetista identificou na medida o caráter covarde das eli-



Os metalúrgicos de Volta Redonda têm tradição de luta e estão dispostos a resistir à privatização da empresa

tes nacionais ao declarar: "A privatização da CSN é uma espécie de saída desonrosa das oligarquias do país que diante da crise econômica procuram entregar o patrimônio nacional com o propósito de prolongar-se no poder".

Além de denunciar os efeitos lesivos da privatização da CSN para a economia nacional, Leonel Brizola vinculou a manifestação de Volta Redonda à necessidade política central do atual momento: despertar a luta unitária do povo. "Este comício é um marco de resistência ao governo Collor. Convoco o povo à luta" - disse Brizola, para depois propor a mobilização de "todas as forças democráticas e progressistas a fim de impedir esse crime de lesa-pátria".

Afirmando que a "CSN é do povo e um patrimônio da nação", o deputado federal do PCdoB no Rio de Janeiro, Edmilson Valentim, também fez uma denúncia contundente da entrega da siderúrgica e dos planos desnacionalizantes do governo em relação à economia nacional. Segundo o deputado comunista, "o Brasil não tem empresas com liqui-



Trabalhadores do ABC paulista protestam contra a recessão, o desemprego e a redução dos salários

dez para comprar a Companhia Siderúrgica Nacional, por isso sua privatização faz parte da estratégia de internacionalização da economia". Edmilson encerrou seu discurso propondo a unidade dos trabalhadores e também vinculou a luta pela preservação da CSN como empresa estatal ao embate político contra o governo da direita, "que só será obtida com a união de todo o povo em torno de um programa democrático e progressista sustentado por todos os partidos populares do país".

O deputado do PCdoB elaborou um projeto de lei propondo a manutenção da CSN como empresa estatal. O Projeto estabelece medidas para sanar a empresa, retomar os preços de venda ao nível do mercado internacional e democratizar a administração com a participação dos trabalhadores.

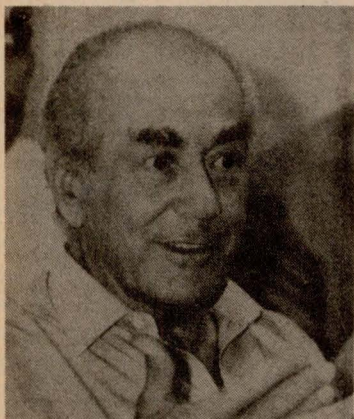
ABC na luta

Outra grande manifestação contra o "Plano Collor" ocorreu na região do ABC paulista, maior centro da indústria metalúrgica do país. Percorrendo em numerosas passeatas longos trechos da Via Anchieta, operários da Volks, Ford, Mercedes-Benz, Scania, Mafisa e outras empresas dirigiram-se ao Paço Municipal de São Bernardo do Campo. Ali numa concentração de mais de 5 mil pessoas, os metalúrgicos do ABC condenaram o plano econômico do governo e sua tentativa de combater a crise às custas dos trabalhadores, através da recessão, do desemprego e da redução dos salários. O presidente da Central Única dos Trabalhadores, Jair Meneguelli declarou que o "Plano Collor" está prestes a ser desmistificado e

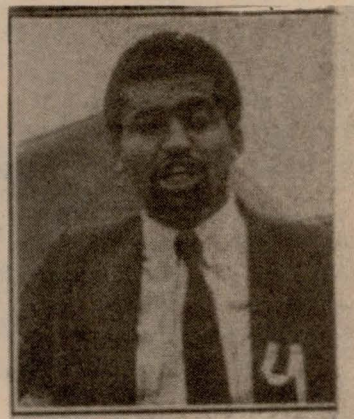
anunciou uma ofensiva do movimento sindical contra as medidas do governo.

Saindo da inércia

A resistência operária ao "Plano Collor" chega em hora oportuna. Confirma que o ambiente de perplexidade e inércia em que o movimento sindical se perdeu nos primeiros momentos do plano era, com efeito, fenômeno passageiro. À proporção que as medidas econômicas vão causando prejuízos aos trabalhadores, reduzindo seus salários e gerando desemprego, objetivamente a tendência é criar-se uma situação de conflito social, propiciando que o movimento sindical retome a iniciativa e que se estreite o espaço para a conciliação com o patronato e o governo.



Leonel Brizola



Edmilson Valentim

Não há vagas para super-heróis

Antonio Martins

As decisões dramáticas adotadas pelo governo dia 9 não podem ser vistas de forma isolada. Elas fazem parte de um conjunto mais amplo de medidas, revelam a capitulação do presidente às críticas da direita e mostram que ele errou ao achar que poderia governar aparentemente acima das classes.

O presidente Fernando Collor de Mello fez uma aparição emblemática em Uberaba (MG) no último dia 3. Centro nacional da pecuária de corte e um dos berços da UDR, a cidade sediava, como faz desde a década de 30, a Feira Nacional do Gado Zebu. Imagem ampliada do luxo e da riqueza em que vivem os fazendeiros do Triângulo Mineiro, o evento expunha ao público, além dos animais de raça, os objetos que revelam o curioso padrão de consumo de seus proprietários. Um avião ultra-leve rural, útil para os que gostam de percorrer com frequência as enormes extensões de terra que possuem, era vendido por aproximadamente 1 milhão de cruzeiros. Mas as atenções concentravam-se mesmo em torno da picape Amazônia, que incorpora detalhes como ar condicionado total e frigobar, e que não saía por menos de 3 milhões de cruzeiros - o equivalente a 77 anos de ordenados de um trabalhador salário-mínimo.

A chegada de Collor paralisou, como era de se esperar, todas as demais atividades, e seu discurso foi saudado com entusiasmo por mais de 10 mil dos freqüentadores da Fei-

ra. Todo o fausto que cercava o ambiente, no entanto, não foi capaz de levar o presidente a cometer um escorregão político. Fiel ao estilo que o projetou, ele nutriu-se de novo do apoio e do aconchego dos ricos para fazer acenos aos descamisados. E, pela primeira vez desde que eleito, sentiu-se à vontade para lançar em tom de desafio vaticínios em relação às eleições que o país fará em 3 de outubro próximo, e que são decisivas para seu futuro. Os políticos que se recusarem a apoiar o novo plano econômico, ameaçou Collor, "serão julgados no altar da nacionalidade".

Vai ficar cada vez mais difícil posar de herói dos descamisados

Demonstrações de confiança como essa combinam com as características pessoais do presidente. Ao que tudo indica, ele pensa ser uma dessas figuras especiais, que surgem em situações históricas particulares e adquirem condições para governar aparentemente acima das classes. Collor já declarou mais de uma vez que o segredo de seu desempenho político assenta-se na suposta capacidade que tem de "deixar a direita indignada e a esquerda perplexa".

A julgar pelo tom grandiloqüente que deu a seu pronunciamento na primeira reunião de ministério do novo governo, no dia 9, o presidente continuava acreditando que mantém este atributo. Sempre de olho no pleito que se aproxima, ele apelou mais uma vez aos miseráveis, e desta vez chamou-os de "brasilei-

ros cansados da pobreza, do abandono e do descaso". A verdade, porém - e ela ficará mais clara à medida que o tempo for passando - é que a decisão de demitir 360 mil funcionários públicos e de colocar em marcha batida o processo de privatização das estatais é o marco de uma nova fase na vida ainda breve do novo plano econômico. Ela indica que Collor *cedeu*, e rápido demais, à onda de críticas que a direita fazia contra certas características do pacote "Brasil Novo". Além disso, ela mostra que o presidente, assim como a maior parte dos teóricos conservadores, *não consegue compreender* a origem essencial do foco recessivo que se espalha pelo parque produtivo, e por isso adota medidas que tenderão a alimentar o mal, ao invés de combatê-lo. Por fim, e talvez mais importante que tudo, a decisão coloca o governo num caminho que tende a levá-lo com rapidez cada vez maior para uma posição em que ficará nítido seu comprometimento com teses francamente reacionárias, e de onde será bem mais difícil falar à grande massa dos descamisados e dos pés-descalços.

Desde o início, dois tipos opostos de críticas ao plano

Há fortes indícios de que Collor se engana quando acha que surgiram condições para que o Brasil seja governado por alguém que finja estar acima das classes. E o sinal mais evidente deste engano está no fato de o Plano "Brasil Novo" ter enfrentado, desde o início, *dois* ti-

pos distintos de crítica.

Os setores lúcidos da oposição popular atacaram as medidas por seu caráter estratégico. Frisaram que elas visavam reduzir drasticamente a participação do Estado na produção, e que isto tornaria ainda mais livre e daninha a ação das grandes empresas monopolistas. Lembraram que além disso o plano abria de diversas formas a economia ao capital estrangeiro, o que ampliaria a dependência externa do país. E acrescentaram que o pacote arrojava como nunca antes os salários, atingindo duramente os interesses dos trabalhadores. Os defensores destas idéias encontraram, desde a decretação do plano, dificuldades notáveis para demonstrá-las ao povo. A maior parte da população impressionou-se em especial com a retenção temporária das imensas fortunas estacionadas no *overnight* e enxergou na ação de Collor um caráter até igualitário. Os meios de comunicação difundiram exaustivamente declarações como as do empresário Antonio Ermírio de Moraes, que declarava haver "perdido" 500 milhões de dólares e comparava-se a um cidadão comum da classe média, autorizado a movimentar apenas 20% de seus depósitos.

A direita aprova o pacote no Congresso, mas vai à ofensiva

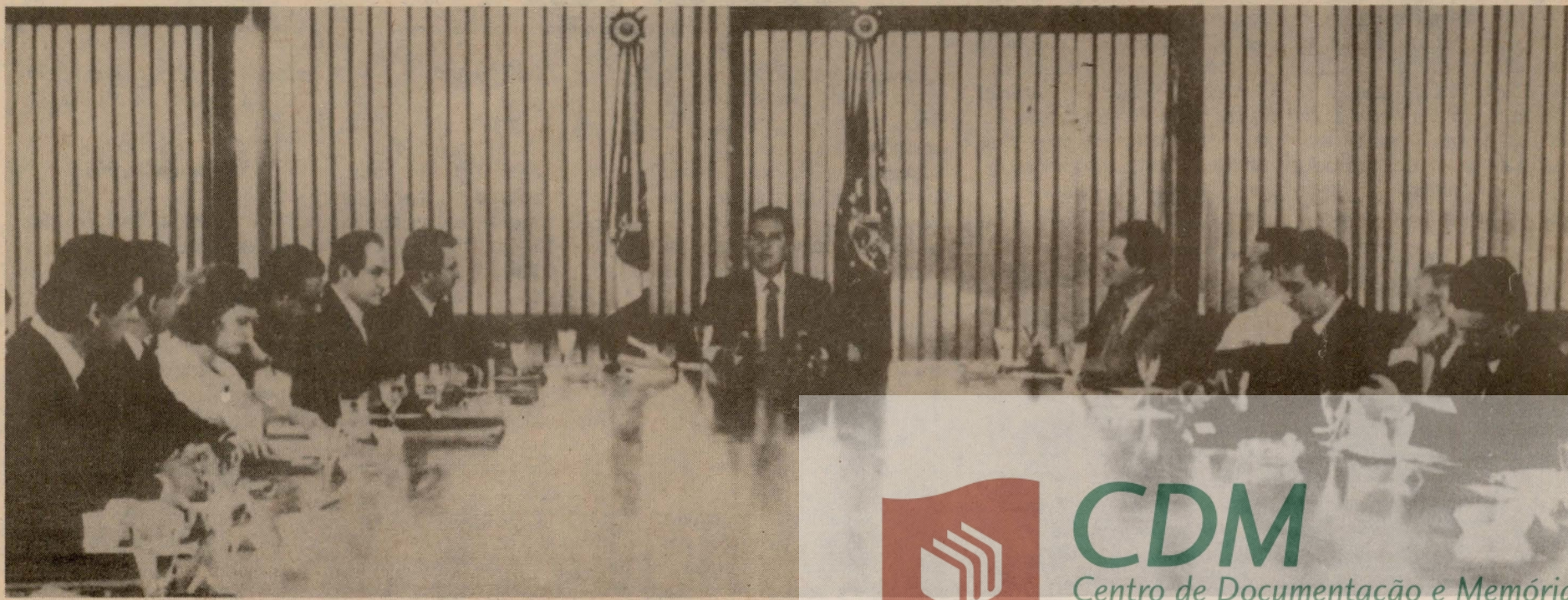
A direita, ao contrário, apoiou a princípio o "Brasil Novo". Seus partidos reviveram, no Congresso, os tempos do "Centrão", proporcionaram vitórias memoráveis ao presidente e trataram de impedir a apro-

vação de quase todas as alterações que a esquerda e setores do centro tentaram fazer nas medidas. Ao contrário do que fazia supor o rolo compressor parlamentar, contudo, a aprovação não era completa.

Logo nos primeiros dias foi ficando claro que os conservadores se incomodavam de maneira crescente com aspectos que eram secundários, e mesmo propagandísticos, do plano. As críticas mais importantes voltavam-se precisamente contra a retenção dos ativos financeiros. O ex-ministro Mário Henrique Simonsen chegou a cunhar um termo pesado - "seqüestro" - para designar o ato. E em 15 de abril advertia, num artigo publicado na "Folha de S. Paulo", "o governo precisa eliminar a suspeita de que ele é prelúdio de um mero confisco".

Com o passar do tempo as atenções do povo passaram a se concentrar em torno da *recessão*, que surgia como uma das conseqüências do plano. A direita a diagnosticou logo no início, e em alguns momentos chegou a pintá-la com cores ainda mais fortes que as reais. Ao fazê-lo, porém, utilizou-se de um truque, com o qual procurou ganhar o apoio da opinião pública para suas teses.

Este truque consistia em apontar como causa essencial da recessão o bloqueio dos ativos financeiros. Aproveitando-se do grau reduzido de conhecimento que o povo tem sobre os temas econômicos, os conservadores procuraram *mistificar* o papel das montanhas de cruzados novos retidos no banco Central. Eles diziam que este dinhei-



Reunião do ministério, 9/5. Nela Collor pode ter escorregado para posição incômoda



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

ro era essencial para "irrigar" a atividade econômica. Ao torná-lo indisponível, o Estado ameaçava levar as empresas à quebra generalizada, pondo em risco os empregos de milhões de trabalhadores.

Empresas se fazem de vítimas, e pedem corte radical do Estado

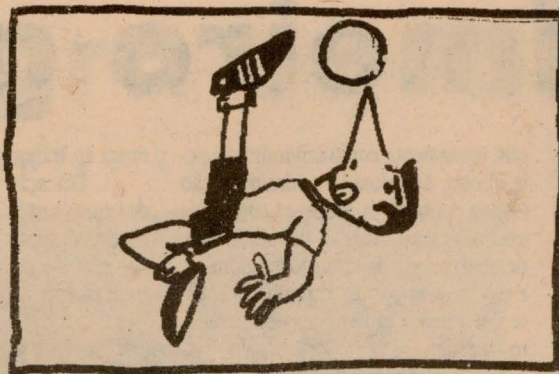
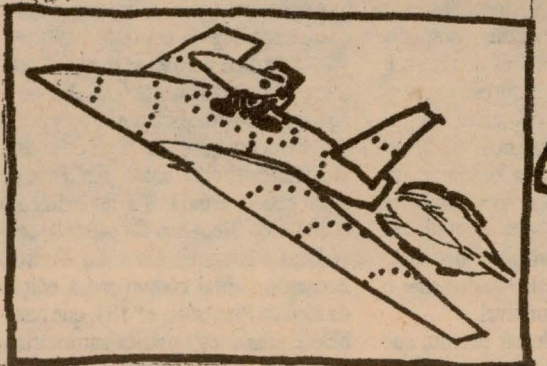
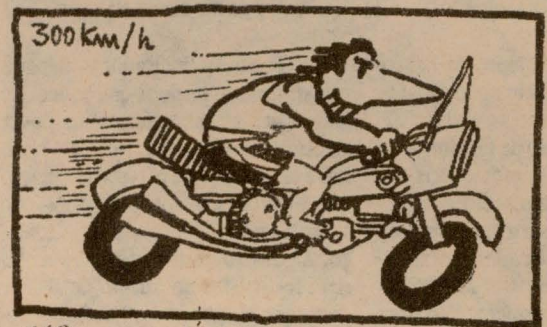
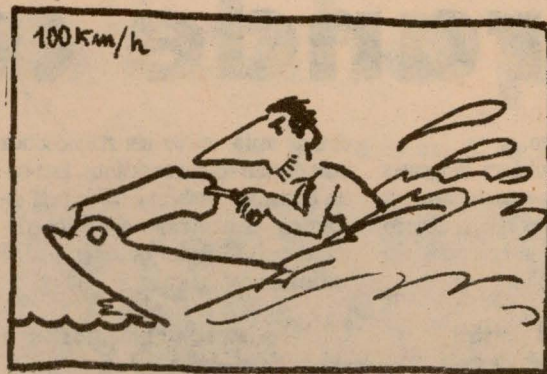
Esperamente, os conservadores passaram em seguida a comparar a situação de "estrangulamento" a que segundo eles estavam submetidas as empresas ao que alegavam ser a "resistência" do Estado em conter seus próprios gastos. Em 5 de maio a "Folha de São Paulo" publicou um longo editorial em que denunciava a adoção de medidas "assimétricas" por parte do governo. Ao congelar a "poupança" do setor privado, dizia o jornal, o choque o atinge com "medidas radicais". Em contrapartida, assegurava, age com "hesitação e incipiência" no controle dos gastos públicos e na desregulamentação da economia. "Aí só se notam resistência e protelação", concluiu.

O raciocínio dos conservadores fechava-se quando eles diziam que era preciso que o Estado abandonasse a "assimetria" e agisse contra si próprio com "dureza" igual à dispensada à iniciativa privada. Comentários longos e graves pediam por exemplo que o governo anulasse de vez as restrições legais à importação de certos produtos, e deixasse de se associar aos "cartórios" que defendem a proteção de indústrias nascentes, como a de informática e a de produtos farmacêuticos. Todos os dias os jornais insistiam em dizer que a extinção de empresas estatais e a demissão de funcionários públicos decretadas pelo governo eram excessivamente tímidas. A recessão só seria esconjurada, os empregos só seriam preservados, diziam em resumo as teses da direita, se o governo *compensasse* a iniciativa privada pelos "prejuízos" impostos pelo congelamento dos cruzados novos, e a forma de proceder a esta "compensação" era "afastar o Estado das alavancas de direção da atividade econômica", como afirmou o jornal "O Estado de São Paulo" em editorial de 15/4.

Cruzados disponíveis eram suficientes para movimentar economia

E no entanto, qualquer análise mais profunda, demonstrará que há um *duplo absurdo* em associar a recessão à retenção dos ativos financeiros, e em ver na redução da atividade estatal a saída para o desaquecimento da economia.

Em primeiro lugar, porque a enorme riqueza financeira acumulada pelas empresas às custas da dívida interna do Estado *não é* um fator que atua em favor do incremento da produção. Ela foi um instrumento usado ao longo da última década para permitir



que as empresas continuassem lucrando *apesar* da completa estagnação da economia. Seu bloqueio temporário *não teve* papel relevante na recessão que se seguiu ao Plano Collor. A edição da revista "Exame" que saiu às ruas logo após o choque demonstrava, como mostrou a *Classe* àquela época, que os 20% de cruzados novos liberados pelo governo para saque imediato pelas empresas eram mais que suficientes para fazer frente aos gastos necessários a dar continuidade à produção. Mais adiante, porém, um outro fato veio depor em favor desta tese. Logo após a decretação do pacote, o governo colocou à disposição da iniciativa privada uma linha de crédito de 120 bilhões de cruzeiros para ser repassada, a juros de 12% ao ano, às firmas que estivessem enfrentando dificuldades com pagamento da folha de salários ou com outros compromissos financeiros prementes. No dia 16/4, decorridos 30 dias após a liberação dos recursos, o economista Sérgio Warlang, do Ministério da Economia, notava, porém, que *apenas Cr\$ 10 bilhões* (8,3% do total) haviam sido requeridos, numa comprovação cabal da inconsistência dos argumentos que viam uma "crise de liquidez".

O raciocínio da direita era falacioso, em segundo lugar, porque por seu próprio caráter neoliberal o objetivo do Plano Collor ao reter temporariamente os cruzados novos jamais foi o de promover uma ampliação da atividade econômica do Estado. Sequer os su-

perávits fiscais gerados com o fim do pagamento dos juros externos foram empregados pelo governo, como se verá em detalhes adiante. Ao contrário, o ministro Osires Silva, da Infra-estrutura, e outras autoridades dos primeiros escalões da administração atual, já indicaram mais de uma vez que a idéia é empregar o dinheiro hoje congelado precisamente para promover a *privatização das estatais*.

Incapaz de conter sua ânsia pela promoção a toque de caixa das reformas neoliberais, a direita não se sensibilizou com os fatos. Dos editoriais passou-se à *ação política* para exigir os "ajustes" no plano. E esta última era produzida tanto internamente quanto pelas forças internacionais interessadas em ampliar sua participação na economia brasileira.

Carla Hills exige ver de perto a mudança das leis brasileiras

Carla Hills, a intrépida representante comercial dos Estados Unidos, teve papel de destaque nestas pressões. Em 25/4 ela fez contundente pronunciamento, em que anunciou que a mera edição da Portaria 56, que punha fim a uma lista de produtos com importação proibida pelo Brasil, não era suficiente para retirar o país da relação de nações sujeitas a retaliações econômicas por parte dos EUA. "Estamos esperando a regulamentação da Portaria", afirmou a senhora Hills, com a

"humildade e a tolerância" que são peculiares aos funcionários do governo americano. Alguns dias depois, satisfeita sua primeira exigência, ela mostraria que o imperialismo exige sempre mais dos que se sujeitam a cumprir suas determinações. Depois de derramar-se em elogios ao governo Collor e de dizer que graças a ele o Brasil está "temporariamente" livre das represálias de George Bush, advertiu que quer agora a adoção do sistema de patentes na indústria farmacêutica, e que visitará Brasília já em junho, porque deseja mostrar pessoalmente à ministra Zélia Cardoso de Mello a importância de atender ao novo pedido.

Seis missões do Banco Mundial no país, em apenas uma semana

Cometeria uma injustiça pessoal com a senhora Hills, contudo, quem dissesse que ela foi a única representante de organismo estrangeiro a interferir diretamente nos assuntos nacionais. No dia 28/4 o representante do Banco Mundial (BIRD) no Brasil, George Papadopolus, fez uma série de revelações que estranhamente foram divulgadas por um órgão de imprensa, a "Gazeta Mercantil". Papadopolus contou que na semana que se encerrava naquela data nada menos que *seis* diferentes missões técnicas do Banco haviam visitado o país. Informou que, tanto quanto o governo americano, o organismo a que pertence ele, está satisfeito com

as primeiras iniciativas do governo Collor, e que se dispõe a prestar "todo tipo de colaboração". Destacou, porém, que "há especial interesse pelo programa de privatizações", em especial de "áreas-chaves" como em energia, transportes e distribuição de combustíveis. E adendou que o BIRD se sentiria muito honrado se pudesse também "colaborar" na execução de dois projetos que já apresentou ao governo anterior, mas que permaneceram engavetados: a reorganização do sistema financeiro (que implica o fim dos bancos estaduais) e a reforma da política de comércio exterior (que pretende abrir a economia aos produtos estrangeiros).

Já quando se abordam as pressões *internas* para "ajuste" do Plano Collor é impossível deixar de falar na ação destacada exercida pela ala do PSDB que se orienta pelo credo econômico do deputado José Serra e do ex-ministro Bresser Pereira. Aliás, eles demonstraram que têm especial predileção por intervir quando o tema é *salários*.

O papel do PSDB: pedir arrocho ainda maior dos salários

Ao debater com a ministra Zélia o choque econômico, na Câmara dos Deputados, no dia 25/4, Serra concordou com as linhas gerais das medidas. Afirmou, porém, que desejava advertir a ministra para dois problemas graves que talvez não tivessem sido observados por ela, e que precisavam ser melhor examinados pelo governo. O primeiro eram os ganhos salariais do funcionalismo público, que o deputado considerou elevados a ponto de comprometerem as finanças públicas. O segundo eram as também exorbitantes, sempre na opinião de Serra, pensões e aposentadorias pagas pela Previdência Social. Ele advertiu que os benefícios atingiriam valor insuportavelmente alto se continuassem vinculados ao salário-mínimo, e propôs à ministra providências urgentes contra isso.

Bresser Pereira foi ainda mais devastador em relação aos salários. Ele os responsabilizou, em artigo publicado em 22/4, por eventuais "furos" causados ao plano econômico por uma "explosão de consumo". E chegou a dizer que seria "saúdável" uma inflação de cerca de 5% em abril, pois poderia corroer um pouco o poder de compra dos assalariados e neutralizar a ameaça ao "Brasil Novo".

Este vastíssimo elenco de ataques acabaria por levar o governo a uma aceleração *no ritmo* das reformas neoliberais que pretende adotar. A mudança, porém, é importante, porque pode comprometer o apoio popular de Collor, e causar dificuldades a seu plano de passar com sucesso pelo teste eleitoral de outubro. E é que veremos a seguir na próxima página.

O primeiro grande ajuste

Por seguir um diagnóstico errado sobre as causas da recessão, Collor serviu à economia receitas que são venenos, não remédios. As dificuldades do plano vão se agravar, e se a esquerda souber agir poderá até reverter um quadro eleitoral que hoje é preocupante.

A partir dos primeiros dias de maio as sucessivas pressões da direita passariam a surtir efeito. O governo adotou uma série de medidas que significam pouco, se vistas isoladamente, mas que equivalem ao atendimento geral das reivindicações conservadoras. Por seu caráter dramático as decisões do dia 9 podem ser consideradas como o coroamento deste processo.

A primeira grande adaptação diz respeito à "desregulamentação" da economia, e ao aumento de sua dependência externa. Em 3/5 a ministra Zélia ouviu finalmente as queixas da senhora Carla Hills, eliminou barreiras comerciais de 15 anos e liberou a importação de 1.800 novos produtos, em sua maioria automóveis, eletrônicos ou itens da química fina. Um dos objetivos era evitar uma aceleração inflacionária, mantendo sob pressão setores interessados em elevar o preço de suas mercadorias. Mas o presidente do Banco Central, Eduardo Modiano, não deixou de ressaltar que a decisão tinha caráter eminentemente estratégico. Como se desconhecesse as enormes distâncias que separam a indústria brasileira dos países desenvolvidos, afirmou orgulhoso que esperava uma rápida redução das próprias tarifas aduaneiras, para que num prazo de 4 anos elas "sejam as mesmas que há no primeiro mundo".

Um ataque à produção nacional, inclusive na área da informática

Duas outras decisões deixaram ainda mais evidente o objetivo do governo em abrir as portas do país aos produtos fabricados no exterior, e de deixar ao desamparo em especial os itens estratégicos ao desenvolvimento. Em 4/5 começaram no Ministério da Economia os análises do Grupo de Estudos da Política Setorial (GEP) destinadas a "reestudar" as normas de funcionamento da indústria farmacêutica, e possivelmente a adotar a exigência norte-americana em relação ao reconhecimento de patentes. Já em 8/5 o secretário nacional de Tecnologia, José Goldemberg, comunicava que o governo vai propor ao Congresso, em breve, a revisão da política nacional de informática, e a importação de equipamentos atualmente protegidos pela reserva de mercado.

O segundo bloco de medidas, adotadas desde o início do mês em diferentes áreas do governo, dizia respeito às finanças públicas, e equivalia a um corte generalizado dos gastos esta-

tais, exatamente como reivindicado pela direita. Ao adotá-lo a administração Collor contrariava todos os conselhos que poderiam emanar de um exame desapaixonado da situação econômica, e enveredava por um caminho que, este sim, tende a causar o aprofundamento da recessão.

Isso porque o Tesouro exige, desde o início do plano, uma situação financeira que não experimentava há mais de uma década. Aliviado do pagamento de parte da carga monumental de juros internos que o oprime, e aproveitando-se de uma queda importante na sonegação fiscal das empresas alcançada graças às restrições aos cheques ao portador e ao "caixa 2", o Tesouro fechou o mês de abril com um superávit de 146 bilhões de cruzeiros.

Governo arrasa setor público, e bloqueia saída anti-recessiva

A eventual utilização desta obra poderia ser um poderoso instrumento para a reativação da economia, para afastar a hipótese de recessão profunda. Ela poderia ensejar, por exemplo, a realização dos novos investimentos públicos de que o país carece há uma década. E além de começar a eliminar estrangulamentos antigos, como os que paralisam a geração de energia elétrica e as telecomunicações seria possível absorver pelo menos parte dos trabalhadores dispensados pela iniciativa privada.

Fiel aos ideais antiestatistas que o inspiram, porém, o governo seguiu pelo caminho inverso. No dia 8 o secretário nacional de Planejamento, Marco Gianetti Fonseca, comunicou que apesar de amplamente superavitário o setor público iria "passar por 2 anos de penúria"; que seriam totalmente eliminados os gastos com a construção de estradas; que setores reconhecidamente críticos, como a saúde, terão de "enxugar a máquina" ainda mais; que o corte de recursos atingirá até mesmo itens como os serviços de segu-

rança ao tráfego aéreo.

Em ação simultânea dirigentes de outras instituições estatais passaram a comunicar os cortes que realizarão em suas áreas. As conseqüências são francamente melancólicas.

Uma aposta sinistra para ver quem destrói empresas mais rápido

Em 7/5 o presidente do Banco do Brasil anunciava um amplo programa de redução de despesas, que incluía diminuição do número de funcionários a nível de diretoria e, providência estranha para uma organização com resultados operacionais sempre positivos, cancelamento da abertura de novas agências e desativação de parte das atuais. Na mesma data, o presidente da Companhia Siderúrgica Nacional adotava ações ainda mais radicais, despedia 1.500 dos 2.100 operários de uma mina de carvão que a empresa mantém em Santa Catarina e anunciava que para "a próxima semana" mais 3.300 demissões, estas em Volta Redonda. Era como se os dirigentes das instituições públicas estivessem participando de uma aposta sinistra, em que vence aquele que desmontar mais rapidamente o setor por que é responsável.

Talvez para deixar patente que a ação tem caráter nitidamente ideológico, em nada estando relacionada com a eventual "ineficiência" das empresas vítimas ou com as prioridades do desenvolvimento do país, a diretoria da Petrobrás anunciou em 2/5 a redução de seu orçamento para prospecção de petróleo, que caiu de 2,2 bilhões de dólares para US\$ 1,6 bilhões. Fez isto menos de duas semanas depois de os técnicos da estatal anunciarem que apesar das reduções constantes de investimentos que já sofrem há anos lograram obter novo recorde na produção nacional de petróleo: 680 mil barris, em 19/4.

Aparentemente não satisfeito em provocar o fantasma recessivo através do corte geral dos gastos públicos, o governo iria, também nos primeiros

dias de maio, iniciar um ataque ainda mais pesado contra os salários. Esta outra iniciativa, também exigida pela direita, representaria um novo golpe contra as possibilidades de retomada da atividade econômica.

Ao impedir aumentos de salários, governo sela sorte da economia

Todos os indicadores disponíveis revelam a quem os quiser ver que houve perdas catastróficas no poder aquisitivo dos salários. No dia 1º/5 o IBGE mostrou que a parcela da inflação não incorporada aos ordenados não se limitava aos 79,11% do IPC de março. Alguns aumentos pré-plano só seriam registrados no cálculo do IPC de abril, que chegou a 44,8%. Assim como ocorrera antes, a reposição seria igualmente negada aos trabalhadores.

As duas perdas, se somadas, corrompem aproximadamente 60% do poder aquisitivo dos assalariados, e provocam uma evidente queda do nível de consumo, funcionando como um jato de água gelada contra o reaquecimento econômico. Nem isso foi capaz de sensibilizar o governo. Em 4/5 o ministro Bernardo Cabral comunicou a edição da Medida Provisória nº 185, que restabelece uma antiga prática autoritária e autoriza o Tribunal Superior do Trabalho a cancelar sumariamente decisões dos tribunais regionais que impliquem em ganhos salariais.

Se o presidente Collor e sua equipe não estivessem cegos pela pressão das teses liberais, eles ainda teriam podido evitar a decisão terrível do dia 9, que faz ajustes capazes de mergulhar de vez a economia na recessão. Na manhã do dia em que se deu a reunião ministerial, os jornais divulgaram os dados impressionantes a que chegou a Federação do Comércio de S. Paulo (FCESP) sobre o desempenho do setor no mês de abril.

Desmentindo avaliações precipitadas, que falavam em recuperação da economia naquele mês, os números da Fiesp indicaram uma queda da 28% nas vendas do mês, em comparação a igual período de 89. Mais impressionantes, contudo, eram as avaliações de Abraham Szajman, o presidente da entidade, a respeito das causas do desempenho medíocre. Rigorosamente insuspeito, por ter apoiado o plano desde o início, Szajman não deixou margem a dúvidas, ao dizer que a responsabilidade pelo declínio acentuado das vendas recaía sobre a queda dos salários. É que a "bolha de consumo" que costuma se formar após cada congelamento desta vez teve duração extremamente fugaz. Perdurou durante o início de abril, após o pagamento dos salários, mas se esborou em poucos dias, quando começaram as reduções de vencimentos e as demissões. Szajman avalia que o nível de consumo havia estacionado em um patamar de 15 a 20% inferior ao do período pré-plano, conforme confessou à "Gazeta Mercantil". Para piorar um pouco mais a situação,

a Fiesp também divulgava índices referentes a abril, e dizia que o mês registrava a maior queda no nível de pessoal empregado na indústria (2,21% em 30 dias) desde que o índice passou a ser calculado, em 81.

Numa só tacada, quase tantas demissões quanto em 81/83, em SP

Nada disso foi suficiente para indicar à equipe econômica do governo as "causas essenciais" da recessão. Ao se reunir no dia 9 os ministros acabaram cedendo às idéias mais preconceituosas, mais anticientíficas sobre a queda da produção. E acabaram adotando medidas que agravarão o fenômeno.

Por ter resolvido acelerar como nunca as privatizações, e dar prosseguimento ao corte radical de gastos públicos o governo deixou escapar por entre os dedos a possibilidade de injetar confiança à economia, já que condenou à paralisia o Estado, o agente que melhor poderia dar início a um surto de investimento e progresso.

Além disso, os ministros se propuseram a despedir 360 mil servidores públicos. Se o governo tiver força suficiente para executar a decisão terá causado, com uma única penada, um número de demissões equivalente a 74% do empregos eliminados pela indústria paulista na maior recessão de nossa história, a de 1981-83.

Pela primeira vez, surgem condições para virar jogo eleitoral

No dia em que o ministério realizava sua reunião os jornais trouxeram pelo menos duas notícias alvissareiras. Milhares de metalúrgicos de S. Bernardo do Campo realizavam a primeira grande passeata no ABC paulista após março, agora para protestar contra o plano e a redução da jornada e dos salários. Ao mesmo tempo 1.200 mineiros de carvão em Crisúina (SC) ocupavam as instalações locais da Companhia Siderúrgica Nacional para dizer que não aceitam as demissões e a desativação das minas.

Enquanto o governo adotava uma linha que tende a afastá-lo pouco a pouco dos descamisados o movimento popular exercitava de novo os músculos, e punha-se em marcha. O país aguarda ansioso as eleições de outubro, pois sabe que o resultado delas irá determinar os limites do projeto neoliberal de Collor. Se a queda for capaz de dar conseqüência política a ação dos trabalhadores, de fazer com que a revolta natural contra o plano se transforme em apoio consciente às verdadeiras condições para a vitória, o Brasil que o altar da racionalidade revele surpresas... (A.M.)



Passeata no ABC, 9/5. Ainda é preciso muito para chegar à vitória em outubro

A um passo do abismo social

Pépe/Fóton

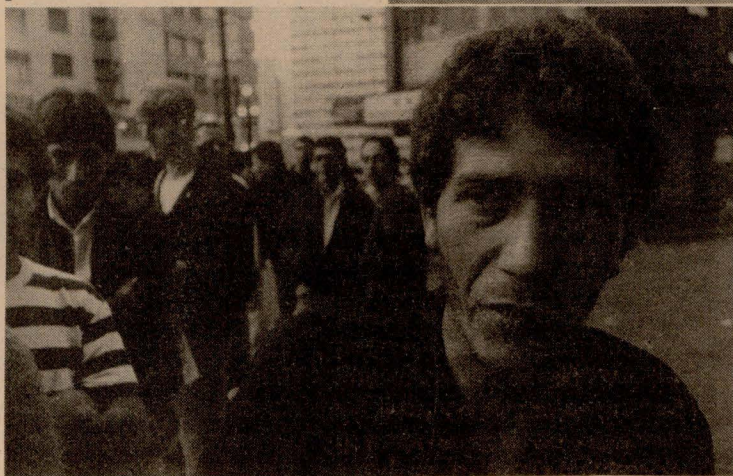
Rua Martins Fontes, 109, centro de São Paulo. Diante do velho prédio da Delegacia Regional do Trabalho, chegam, desde as 4 horas ou até antes, os primeiros desempregados. São homens e mulheres vindos, em sua maioria, dos mais distantes bairros da periferia paulistana. Estão tentando receber o seguro-desemprego. O atendimento, porém, só ocorre a partir das 9 horas, limitado a mil pessoas por dia. A fila, em qualquer dia da semana, ganha proporções absurdas, ultrapassando de longe o limite estabelecido pela DRT.

Durante a longa espera, fervem os comentários de indignação e desalento. Atingidos pela onda recessiva, gerada pelo Plano Collor, muitos já apelam para o subemprego.

Miguel Paulino Caetano, 35 anos, casado, era ajudante geral em uma empresa metalúrgica. Demitido, ele já começou a buscar novo emprego ou pelo menos algum "bico". "Até agora não achei nada para fazer - comenta - ainda bem que minha mulher está trabalhando, senão...". Ele conta que veio em 1975 do interior do Espírito Santo para, junto com alguns colegas, tentar a vida na cidade grande. Passou apuros. Os colegas praticavam assaltos e ele resolveu buscar outro local para morar. Conseguiu numa obra onde trabalhou. Agora, Miguel se vê novamente aflito. Logo, o dinheiro da rescisão acaba. E se a mulher tam-

bém levar "facão"? Ele não sabe como vai se virar.

Vandete Maria da Silva, 37 anos, casada, operária da indústria plástica, também está vivendo com o dinheiro que recebeu da firma em abril. Seu marido já estava desempregado antes dela. Vandete, num desabafo, ataca as medidas do governo: "a situação ficou horrível, com desemprego, não tenho esperança nenhuma". Outra mulher revoltada é Izilda dos Santos, 36 anos, mãe de três filhos, operária têxtil. Ela faz questão de frisar que a maioria dos trabalhadores desempregados de 15 de março para cá foram vítimas do desastro-



Vandete (acima) e Miguel não sabem o que vão fazer sem arrumar emprego

so governo que se instalou.

O padeiro José Batista dos Santos, ao contrário dos demais entrevistados, mora fora do município. Ele conta que saiu de casa, na cidade de Cotia, às 3h30; chegou à fila da DRT às 5h10. Ele tem

58 anos e veio da Bahia em 1962 tentar a sorte. Sua mulher é cozinheira e também perdeu o emprego. Eles criam dois netos e agora pensam em ir embora para o interior de São Paulo. "Acho que a cidade não apresenta mais condi-

ções para viver", opina José. E isso ele justifica dizendo: "Esse Collor até agora não está fazendo bem para o povo, ele trouxe o desemprego. Quem está sendo prejudicado demais é o operário."

O acerto das opiniões que falam do aumento do desemprego devido ao plano é comprovado até mesmo pela Fiesp. Recente pesquisa da entidade patronal apurou em abril o índice recorde

para demissões. Elas ultrapassam em quase duas vezes as registradas em 1982. No período recessivo de então, que durou quase três anos, foram dispensados 485.650 trabalhadores. De janeiro a abril deste ano, 105.944 empregados foram demitidos pela indústria, o que equivale a uma diminuição de 5,04% no nível de emprego. (I.C.L.)

C U R T A S

Exemplo coreano 1

O Plano Collor recebeu, no último dia 2, mais um apoio. Trata-se do presidente internacional do Citibank, John Reed, que afirmou numa reunião de acionistas do banco que o programa imposto ao Brasil é "corajoso além da expectativa".

O simples apoio de Reed, aliás, não é propriamente uma surpresa. A novidade é que, ao contrário de outros membros da comunidade financeira internacional, o presidente do Citibank teve coragem para dizer abertamente que os banqueiros têm um projeto para o Brasil. "O futuro do país", disse Reed, é ser uma nova Coréia ou Taiwan".

Exemplo coreano 2

As palavras do banqueiro americano não poderiam ser mais significativas, em especial para quem,

ao invés de se guiar pela propaganda, acompanha atentamente a evolução dos acontecimentos na própria Coréia.

Desde o ano passado, os tempos "de milagre" daquele que já foi chamado um dos "quatro tigres asiáticos" ficaram para trás. Em 89, as exportações sofreram uma queda abrupta, e por ser excessivamente dependente do sucesso delas, a economia desabou em 90. Por ironia do destino, um dia antes de Reed dizer o que quer para o futuro do Brasil a bolsa de valores de Seul a capital coreana sofria a maior queda de toda sua existência.

Exemplo coreano 3

Um estudo mais aprofundado sobre o drama coreano, aliás, trazia revelações importantes sobre as perspectivas reservadas aos países que decidem "abrir a economia ao mercado externo", um chavão repetido com insistência pelas elites brasileiras.

A Coréia enveredou por este caminho há anos. Através de um arrocho cruel dos salários, conseguiu gerar grandes excedentes exportáveis e obter dólares, em vendas destinadas em especial ao mercado americano.

Desde 88, porém, os EUA, assolados por um déficit comercial monstruoso, passaram a estabelecer barreiras crescentes contra os produtos coreanos. No final de abril representantes do governo de Seul suplicavam à administração Bush para que não impusesse restrições ainda maiores em 91, o que poderia levar o país asiático a um colapso.

Exemplo coreano 4

Se há um exemplo coreano a ser seguido no Brasil este é o de seus operários. No dia 28/4, milhares de trabalhadores dos estaleiros Hyundai, que se encontram em greve há semanas e ocupam a fábrica

da empresa, reagiram à tentativa da polícia em desalojá-los. O conflito degenerou em batalha campal, mas ao final as forças policiais foram expulsas.

Comércio ameaçado

O comércio exterior brasileiro pode passar a ser, em grande parte, controlado por uma empresa estrangeira. A hipótese só não se concretizará se houver mobilização popular suficiente para impedir a privatização da Interbrás, a subsidiária da Petrobrás que é responsável por parcela significativa das importações e exportações do país. No dia 23/4 o gerente financeiro da empresa, Pedro Zonk, revelou que os dois interessados na compra da Interbrás são até agora o Citibank, o Chase Manhattan Bank e a Lloyd's Bank.

O Pará em clima de guerra

Bethânia Fonteles e Érico Albuquerque*

Pressão popular obriga autoridades do Pará a iniciarem investigações sobre o assassinato dos irmãos Canuto, e fica cada vez mais evidente o envolvimento de grandes proprietários de terra. Na tentativa de continuarem impunes, os fazendeiros deflagram nova onda de violência e terror, que já produz novos mortos.

A contra-ofensiva das forças progressistas do Pará, que exigem esclarecimento e a prisão dos responsáveis pelo mais recente crime praticado pelo latifúndio no Pará, começou no dia 24 de abril. Nesta data chegou a Belém Orlando Canuto, único sobrevivente da chacina de Rio Maria, no qual foram mortos, dois dias antes, seus irmãos José e Paulo Canuto. Internado no Hospital dos Servidores do Estado, sob forte esquema de segurança, Orlando denunciou à imprensa a impunidade dos diversos crimes cometidos contra lideranças camponesas, inclusive de seu pai, João Canuto. Argumentou que enquanto não houver uma reforma agrária que acabe com o latifúndio, continuarão os conflitos e mortes no campo.

Após a chacina, até hoje não se tem a efetiva elucidação do caso. Fruto de pressão da sociedade e dos partidos políticos que compõem a Frente Popular Novo Pará (PSDB, PT, PCdoB, PSB, PDT e PCB), que estiveram em audiência com o governador do Estado e o presidente do TJE, da Comissão Pastoral da Terra, da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, da Ordem dos Advogados do Brasil,



Antes do velório dos irmãos Canuto, milhares de pessoas participaram de um ato contra o crime

além de parlamentares e de diversas entidades sindicais e estudantis, foi designado o delegado Eder Mauro, do DOPS, para investigar o crime e instaurar sindicância.

Revólveres, rifles e até metralhadoras no arsenal da fazenda

As investigações policiais confirmaram as suspeitas levantadas desde o início a respeito da ligação da Fazenda Suiaçuí com o seqüestro e com os assassinatos de membros da família Canuto.

Várias armas foram apreendidas na fazenda, entre elas rifles, cartucheiras, revólveres calibre 38 e uma metralhadora Thompson, além de um caderno contendo a relação de vinte armas, feita pelo ex-gerente, que se encontra em Minas Gerais. O atual gerente, de nome Francisco Isaac Murta, foi preso. Suspeita-se que os executores do crime sejam policiais ou ex-policiais pela maneira como manejavam as armas. O próprio presidente do inquérito concorda com as suspeitas.

Diante de denúncias e dos fatos apurados, foram decretadas pelo juiz

Roberto Gonçalves de Moura, da comarca de Xinguara, as prisões preventivas de Geraldo de Oliveira Braga, o "Braguinha", que se diz ex-proprietário da fazenda, de Gerdeice Ferreira Marques, que seria o atual proprietário da fazenda, e de Francisco Isaac Murta, gerente da Suiaçuí. Os dois primeiros encontram-se livres em Belo Horizonte, e consta que foram vistos conversando na sede da fazenda de Gerdeice Marques em Minas Gerais, "o que nos causou estranheza", segundo palavras do delegado Eder Mauro.

Identificados, os prováveis mandantes continuam à solta

Ao mesmo tempo em que as investigações prosseguiram, contudo, os criminosos procuravam envolver as personalidades que se destacam na luta pela punição de mandantes e assassinos numa atmosfera de terror. Socorro Gomes, vereadora do PCdoB, e Neuton Miranda, presidente regional do Partido, ameaçados de morte há tempos, já haviam sido espreitados por um elemento suspeito quando estiveram em Marabá, semanas antes da chacina, para realizar um debate sobre a guerrilha do Araguaia, na Câmara Municipal. Agora, telefonemas anônimos procuram intimidar as pessoas que prestam solidariedade à família Canuto, que está se transferindo para Belém às pressas. O mesmo ocorre com Expedito dos Santos Ribeiro, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria, jurado de morte repetidas vezes pelo latifúndio. Para se ter uma idéia da complicada situação em que se encontra o município de Rio Maria, basta saber que o sindicato só foi aberto com pedido de proteção policial.

Onda de ameaças obriga lideranças a deixarem Rio Maria

A onda de violência, tem crescido cada vez mais, em consequência do pouco caso que o governo faz do

problema. No dia 28 de abril, em Santarém, pistoleiros assassinaram o escrivão de polícia Carlos Alberto Rocha, o "Carlinhos". A polícia localizou o intermediário do crime, um famoso pistoleiro conhecido por "Aragão", que foi morto com mais de 40 tiros na fazenda do principal chefe da pistolagem do Estado, Wirland Freire. Wirland está envolvido em contrabando de ouro, tráfico de armas e drogas e roubo de carros. Acusado de ser o responsável por mais de 400 assassinatos, é suspeito de ser o mandante do crime que vitimou Carlinhos, e de ser um dos mandantes do assassinato do deputado estadual João Batista (PSB), assim como de mais três militantes daquele partido. O agravante é que a juíza de Itaituba, Helena Farag, e o prefeito são controlados por Wirland de Freire, que por sua vez é acobertado por deputados federais do PMDB, sendo o próprio Wirland presidente municipal deste partido em Itaituba.

Prefeito e juízes de Itaituba comprometidos com o crime organizado

Em audiência com o presidente do TJE, o desembargador Aldir de Lima Pereira, e com a procuradora geral do Estado, Dra. Marília Crespo, no dia 3 de maio, os representantes dos partidos da Frente Popular Novo Pará, entre eles o deputado federal Ademir Andrade (PSB), a vereadora Socorro Gomes e Neuton Miranda (PCdoB) e Ronaldo Barata (PSB), e mais as entidade de defesa dos direitos humanos denunciaram a onda de crimes na região de Santarém e solicitaram a prisão preventiva de Wirland Freire, o afastamento da juíza de Itaituba e a agilização do processo que investiga a morte de João Canuto, assassinado em dezembro de 85. Durante a audiência, Neuton Miranda mostrou fotos de corpos mutilados, "como exemplo dos assassinatos que ocorreram na região". As autoridades prometeram atender as reivindicações, e garantiram que vão enviar cinco juízes e cinco promotores públicos para o município de Itaituba, para fazer uma devassa no crime organizado naquela região. Há mais de um mês o governador Hélio Gueiros havia prometido o mesmo, sem cumprir.

A impressão que as forças democráticas do Pará vão formando é que não há explicação para a audácia cada vez maior do crime organizado a não ser a convivência vergonhosa de algumas autoridades, e o clima de impunidade reinante no Estado. O esforço agora é para que a onda de indignação que surgiu com o assassinato dos irmãos Canuto possa se converter num forte movimento de pressão, que impeça os praticantes do crime de permanecerem mais uma vez à solta. Correspondentes da Classe em Belém

Ato de repúdio em São Paulo

Carmem Elias

Por iniciativa da Corrente Sindical Classista (CSC), foi realizado no dia 26 de abril, à noite, na Câmara Municipal de São Paulo, um ato público de repúdio aos assassinatos de José e Paulo Canuto, que contou com a participação de 150 pessoas, a maioria representando entidades que se posicionaram veementemente contra o crime.

A manifestação foi aberta por Nivaldo Santana, coordenador da CSC. Nos discursos (entre outros, do presidente da Câmara, Eduardo Suplicy, do coordenador-geral da Corrente Classista, Sérgio Barroso, do vice-presidente do PCdoB, Renato Rabelo, e de representantes do PSB, PT, PSDB, PDT e PCB), os oradores condenaram os assassinatos e a impunidade desfrutada por mandantes e pistoleiros contratados por latifundiários e organizações reacionárias como a UDR.

O Ministro da Justiça, Bernardo Cabral, foi duramente criticado no ato. Dias antes do crime, Cabral



Sérgio Barroso condena a impunidade durante o ato na Câmara

havia sido avisado pelo líder do PCdoB na Câmara Federal, Haroldo Lima, das ameaças sofridas pelos Canutos e da iminência do crime. Porém, o ministro fez ouvidos moucos e não tomou qualquer iniciativa para evitar os assassinatos.

O vice-presidente da CUT, Avellino Ganzer, enfatizou que a "impunidade tem incentivado o crime no campo". Durante o ato levantou-se a ne-

cessidade de uma ampla unidade das forças progressistas para a luta contra a violência no campo e pela reforma agrária antilatifundiária.

Foram aprovadas também uma série de moções e a indicação de que todas as entidades presentes, assim como outras solidárias com a causa em questão, devam enviar correspondências ao Ministro da Justiça e ao governador do Pará cobrando a punição dos criminosos e seus mandantes.

Omissão incentiva violência

Na noite do dia 23 de abril, quando ocorreu o enterro dos dois filhos de Canuto, ocorreu em Rio Maria um grande ato público, acompanhado por milhares de populares, numa demonstração de solidariedade e apoio à luta das vítimas pela reforma agrária. Ao enterro compareceram a vereadora Socorro Gomes, PCdoB (Belém), o presidente regional do Partido, Newton Miranda, os deputados estaduais Valdir Ganzer e Raimundo Marques, ambos do PT, o deputado federal Ademir Andrade, do PSB, Ronaldo Barata, representando o PSDB e Raimundo Jinkings, do PCB.

De todo o país partiram iniciativas de solidariedade aos Canuto e enérgica condenação dos assassinos e mandantes. No Rio, 37 deputados estaduais assinaram uma mensagem de repúdio ao crime, encabeçada pela deputada Jandira Feghali, líder do PCdoB. O documento, encaminhado ao Ministro da Justiça, Bernardo Cabral, exige rigorosa apuração do crime e punição dos responsáveis. Na Assembleia Legislativa da Bahia, o deputado Luiz Nova, líder do PCdoB, fez um pronunciamento condenando os assassinatos e exigindo punição. No Paraná, a deputada Irandi Pugliesi fez um discurso na Assembleia Legislativa repudiando o crime e enviou ao Ministro da Justiça telex cobrando providências.

Para a vereadora Socorro Gomes (PCdoB-PA), a violência que se abate sobre o Sul do Pará, como também em Santarém e Itaituba, cidades do baixo-amazonas, resultam principalmente da omissão das autoridades governamentais, da impunidade que privilegia os criminosos e faz com que os inquéritos policiais sejam arquivados e acabem caindo no esquecimento. Socorro é uma das personalidades políticas do Pará que ainda sobrevivem à "lista negra da UDR", que já viti-

mou João Canuto, Paulo Fonteles e João Batista, entre outros.

"As causas dessa violência são conhecidas. A alta concentração das terras pelos latifundiários e a impunidade estão entre elas. A UDR conta com a máquina do Poder Judiciário, do Executivo e particularmente da polícia. Isto garante aos latifundiários uma proteção oficial e a omissão do governo. Quando há um assassinato sequer os inquéritos são concluídos."

Morte

A vereadora frisa que, em pouco tempo, cerca de 400 pessoas foram mortas no Pará somente em conflitos fundiários e não existe nenhum mandante de tais crimes na cadeia e apenas um assassino, Sebastião da Tereza, encontra-se preso. João Canuto, por exemplo, foi assassinado em 1985, porém até hoje o inquérito policial não foi concluído e os acusados sequer foram ouvidos, "um absurdo, um estímulo à violência, à eliminação de camponeses e lideranças populares comprometidas com a bandeira da reforma agrária", constata Socorro.

Ela chamou a atenção para a violência nas cidades de Itaituba e Santarém, ambas localizadas no baixo-amazonas. Wirland Freire, presidente do diretório municipal do PMDB em Itaituba, grande empresário (um dos maiores distribuidores de combustível da América Latina) está estreitamente ligado a vários assassinatos e é um dos responsáveis pela morte de um policial e do presidente do diretório municipal do PSB, de vereadores e de lideranças sindicais vinculados à luta dos trabalhadores rurais.

Até agora a única coisa que aconteceu a Freire foi a decretação de uma medida cautelar, de prisão domiciliar provisória por cinco dias. No entanto,



Socorro: "os Canuto são heróis da luta pela reforma agrária"

é um dos piores assassinos do país, pois nos crimes a mando dele no geral as vítimas são esviceradas, esquartejadas. Há poucos dias, inclusive com a prisão de dois de seus jagunços, para mostrar que não estava intimidado, ele passou pelas ruas de Santarém num caminhão com aproximadamente 30 homens armados até os dentes, com metralhadoras e fuzis, ameaçando invadir a delegacia local. Apesar de seus atos, das afrontas à lei, nenhuma autoridade tentou coibi-lo e mesmo o delegado de polícia que prendeu os pistoleiros está ameaçado de morte. "Este homem, acobertado por políticos da região, deveria estar na cadeia até para servir de exemplo, o governador é do PMDB e ele também", comenta a vereadora do PCdoB.

Perseguição

O Sul do Pará é uma das regiões mais violentas do país, o número de vítimas do latifúndio é alarmante. Em 1987, somente em Conceição do Araguaia, foram mortos 18 trabalhadores rurais por questões possessórias, 115 sofreram espancamentos, 80 famílias foram despejadas, 32 casas queimadas ou destruídas e 112 posseiros presos. Os membros das diretorias dos sindicatos de trabalhadores são perseguidos, e as ameaças de morte são constantes. Xinguara, Santana do Araguaia, Redenção e Marabá, somando-se aos outros municípios já citados, integram esta região, onde as leis sequer são respeitadas.

"O assassinato de João Canuto, em 1985, e de dois de seus filhos, em abril de 1990, são consequências dos conflitos de terras. Todos eram trabalhadores ligados à direção do Sindica-

to de Rio Maria e ao Partido Comunista do Brasil, pessoas que travavam a luta pela reforma agrária, pelos direitos dos camponeses, contra a violência", nota Socorro Gomes. Ela desmente as acusações do Secretário de Segurança do Estado, Mário Malato, que tentou tendenciosamente manipular a opinião pública afirmando que os crimes nada tinham a ver com a questão das terras, que resultaram de rixas pessoais.

Ameaças

A vereadora destacou "a coragem de Orlando Canuto, que sequestrado dia 22 de abril juntamente com seus irmãos, conseguiu fugir de quatro sequestradores, apesar de ferido por duas balas. A situação de Orlando é grave, especialmente porque é testemunha do crime. Ele só não foi assassinado no ano passado, quando foi preso ilegalmente a mando do delegado Pedro Vieira, porque várias entidades populares, inclusive a igreja e os partidos de esquerda, foram para a porta da delegacia de Rio Maria pressionar para que ele fosse solto."

Outro sindicalista que está na mira do crime organizado em Rio Maria é o presidente do sindicato dos trabalhadores do município, Expedito Ribeira. "Com todo o clima de terror na cidade é importante ressaltar que tanto Expedito Ribeira como a família Canuto são pessoas extremamente queridas pelo povo, respeitadas, sérias e honestas. A população gosta dos Canuto, ama-os, admira-os por considerá-los heróis na luta contra o latifúndio", finaliza Socorro.

(Bethania Fonteles e Érico Albuquerque)

Líder do PCdoB cobra providências

O líder do PCdoB na Câmara Federal, Haroldo Lima, cobrou do Ministro da Justiça, Bernardo Cabral, medidas enérgicas e urgentes no sentido de proteger a vida do sindicalista Expedito Ribeiro de Souza, ameaçado de morte pelos latifundiários, assim como "averiguar, identificar e apresentar à Justiça os responsáveis pelos odiosos crimes ocorridos no Estado do Pará". O ofício enviado pelo deputado é o seguinte:

O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria, no Pará, Expedito Ribeiro de Souza, encontra-se ameaçado de morte. A notícia, de ampla divulgação na região, reporta-se a uma macabra "decisão" toma-

da em uma reunião de latifundiários e seus prepostos na região, já tendo sido inclusive assediado por pistoleiros. Tal situação não pode ser minimizada face aos precedentes que ocorreram naquele Estado em situações semelhantes. Havia uma "lista de marcados para morrer" no Estado do Pará que fora denunciada pelo deputado Paulo Fonteles na Assembleia Legislativa do Pará em 1985, nela estavam incluídos os nomes de várias lideranças sindicais, comunitárias e parlamentares.

Em 6 de dezembro de 1985, o então presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Rio Maria, e membro do PCdoB, João Canuto, após ter seu nome incluído na lista dos "condenados à morte", foi assassinado barbaramente por pistoleiros.

Em 11 de junho de 1987, Paulo Fonteles foi covardemente assassinado em

posto de gasolina próximo a Belém. Fonteles, dirigente do PCdoB, advogado de trabalhadores rurais e posseiros e defensor da reforma agrária, foi vítima da mesma trama que denunciara na Assembleia Legislativa Estadual quando das ameaças a João Canuto. Da mesma "lista" constava também o deputado João Batista, do PSB. Em 6 de dezembro de 1988, em Belém, e a 500 metros da residência do governador, é morto a tiros o deputado João Batista.

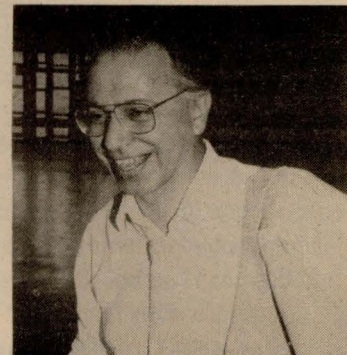
No presente ano, em circunstâncias semelhantes, precedidas de ameaças e de divulgação de que estavam "condenados", foram assassinados três lideranças de trabalhadores rurais no município de Xinguara: Felipe, Juscelino e José Fernandes, conhecido como Bacabal.

Em 7 de abril, dois estudantes foram mortos em Xinguara, despertando

enorme comoção popular o que levou cerca de 5 mil pessoas a realizarem uma manifestação em frente à Prefeitura pedindo justiça.

No início do mês em curso, dois militantes do PCdoB, os trabalhadores Braz Antonio de Oliveira e Ronan Rafael Ventura, foram "condenados" e mortos em Rio Maria, sem que a polícia local apurasse nada.

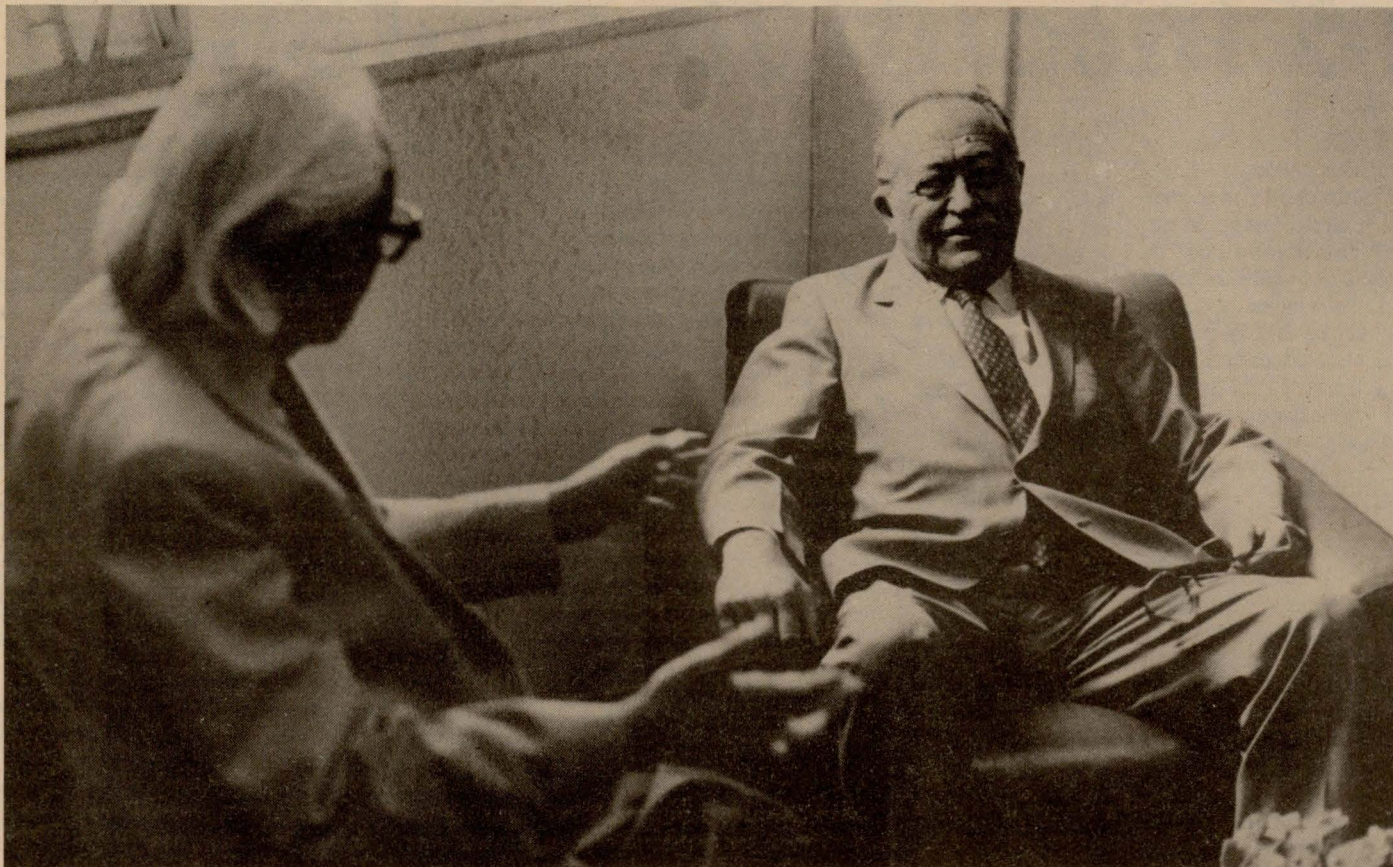
Ressalte-se que todos os crimes aqui relatados têm motivação política, é uma verdadeira guerra do latifúndio, através de sicários assalariados, que impõem um clima de violência e terror contra os trabalhadores rurais, posseiros e as organizações populares sindicais. Diante da lamentável omissão ou incapacidade da polícia do Estado do Pará em apurar os crimes e coibir a violência no Pará, impõe-se providências por parte desse Ministério.



Haroldo: basta de impunidade

Ante o exposto, solicito a V. Exa. enérgicas e urgentes providências no sentido de: a) proteger a vida do sindicalista Expedito Ribeiro de Souza; b) averiguar, identificar e apresentar à Justiça os responsáveis pelos odiosos crimes ocorridos no Estado do Pará.

Paulo Torraca/Fóton



Miguel Arraes Para haver mudanças é preciso a unidade nacional e popular

Por José Reinaldo Carvalho

O ex-governador de Pernambuco Miguel Arraes, hoje candidato a deputado federal em seu Estado pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), é uma das figuras políticas mais destacadas na vida nacional. Sua participação na campanha da Frente Brasil Popular, desde o primeiro turno das eleições presidenciais do ano passado, jogou papel importante na grande vitória refletida nos 31 milhões de votos recebidos pelo candidato Luís Inácio Lula da Silva. Os efeitos de sua participação na campanha do FBP extrapolaram os limites de Pernambuco, já que o seu prestígio popular em todo o país influenciou amplos setores políticos e da sociedade civil a se incorporarem a ela.

Em entrevista exclusiva à *Classe*, Miguel Arraes deixa clara sua compreensão sobre a necessidade de fazer oposição ao governo Collor, por ele considerado como uma nova etapa dentro do velho

sistema. Arraes manifesta também sua preocupação frente às ameaças à ordem democrática que podem advir dos conflitos políticos gerados pelas graves consequências sociais das medidas econômicas do governo sobre o conjunto da população.

Convencido de que só haverá mudanças reais no Brasil se for organizado um movimento nacional unitário de grande porte, o líder político de Pernambuco conta que seu projeto atual é colocar a larga experiência que tem na luta nacional, democrática e popular a serviço da construção desse movimento. Para Miguel Arraes as questões nacional e popular hoje se fundem numa só.

No último dia 5, o ex-governador visitou a sede nacional do Partido Comunista do Brasil, em São Paulo, onde se reuniu com João Amazonas e outros membros da direção nacional do PCdoB. Na reunião Arraes e Amazonas analisaram

a conjuntura nacional e concluíram pela necessidade de unir as forças democráticas, populares e progressistas para fazer oposição conseqüente ao governo federal.

Classe - Como está o Brasil sob o novo governo?

Arraes - Eu entendo que o governo Collor representa uma etapa nova dentro do velho sistema que foi aprofundado em 1964. Naquela época promoveram uma política de concentração de rendas e de marginalização de grandes parcelas da população e de regiões inteiras. O golpe que aprofundou isso acabou por ser confirmado agora nas urnas. Não vai haver mudanças desses rumos mas uma reformulação dos instrumentos de exploração no país. Aponta-se para uma grande desnacionalização e há inclusive o risco de sucateamento de parte da indústria nacional, como tem ocorrido em outros lugares.

Classe - Qual a característica política básica do governo Collor

e das forças que ele representa?

Arraes - As forças que Collor representa, apesar de ele falar muito nos descamisados, são aquelas que adotam esse caminho a que me referi. O governo nada disse sobre a dívida externa, a não ser que vai negociar. E a dívida externa é o ponto básico de tudo isso, é responsável inclusive pela dívida interna. As medidas tomadas pelo governo quanto à dívida interna se limitam ao jogo da moeda, ao sistema financeiro, a uma tentativa de conter a inflação sem que ele abra horizontes ou declare suas intenções maiores, a estratégia que tem para o país.

Classe - Como se dá a desnacionalização da economia e o sucateamento da indústria?

Arraes - Na hora em que as medidas de caráter interno são tomadas, quando os recursos financeiros internos foram bloqueados, quem perde peso são aqueles que tinham capitais dentro do país. É uma valorização de quem tem moeda fora. Essa moeda de fora é capaz, portanto, de comprar o que quiser a baixos preços, tal a falta de liquidez das empresas internas. As medidas para conter a inflação são necessárias, mas elas deviam fazer parte de um conjunto de medidas que indicassem uma estratégia para o país. Essa estratégia não é fixada, portanto são medidas meramente circunstanciais que tendem a encontrar uma saída para a situação no imediato. Mas o fundamental é saber o que vem depois, sobretudo com todo esse poder que ficou concentrado nas mãos do governo federal.

Classe - Existe o risco da alienação de parte do patrimônio nacional?

Arraes - É o que se anuncia. Está na ordem do dia a liquidação de várias estatais importantes para o desenvolvimento do país. Entendo que isto é perigoso, nocivo ao patrimônio do país. Anuncia-se, por exemplo, a venda da Companhia Vale do Rio Doce, uma empresa que dispõe de concessões de minérios do país, e tem condições bastante eficazes de exploração de minérios, é um complexo que não se limita aos bens materiais que estão lá, um complexo que não se limita aos bens materiais que estão lá, um complexo que compreende toda a formação de técnicos, de operários, de muita gente que foi se formando para chegar ao ponto a que chegou, uma empresa eficaz. Não se encontrará em lugar nenhum as mesmas minas, os mesmos minérios, as mesmas concessões. Isto não se mede em dólares, só pode ser medido em função das necessidades que dela tem o país como um todo.

Classe - Que atitude os setores democráticos, populares e progressistas

devem ter em relação ao governo Collor?

Arraes - A oposição deve ser feita de forma bastante concreta, no sentido de que é preciso aprofundar o estudo de cada um desses pontos que o governo quer tocar e demonstrar os prejuízos que o país vem tendo em vários setores e os que poderá ter com a desnacionalização de certos empreendimentos de Estado que são fundamentais para o crescimento do país. Por outro lado, há setores que são estratégicos para o desenvolvimento, riquezas e bens que precisam ser preservados, sobretudo no campo dos minérios porque é preciso que o país tenha reservas para muito tempo e nós sabemos que desde há muito, em certas ocasiões, foram feitas concessões que serviram apenas para a transferência de minérios daqui para o exterior, minérios de que o Brasil dispõe e não existem em outros lugares, como é o caso do manganês do Amapá, onde está restando um grande buraco. É um tipo de exploração que pode se caracterizar ainda como colonial.

Classe - Há alguma ameaça à ordem democrática no estilo de governo de Fernando Collor?

Arraes - Devemos estar atentos para o processo que se cria com as medidas que o governo vem tomando. As atitudes de Collor parecem destinadas a desviar a atenção de coisas mais fundamentais. Ele adota o estilo de atrair a atenção com alguns gestos para coisas como mergulho no submarino, viagens de avião etc., coisas que não têm muita importância. Não podemos medir ainda o fenômeno da recessão que as medidas econômicas podem causar. Que há recessão há, mas ela não se generalizou nem se caracterizou ainda em todos os setores da economia. O tempo talvez vai mostrar que vamos entrar numa recessão. Os salários, por outro lado, estão baixos, e a questão social vai se apresentar de forma ainda mais aguda do que agora. É de temer, portanto, que o processo democrático seja ameaçado por aí, na tentativa de manter uma situação grave para a população, necessária para os interesses que presidem a economia, pode surgir uma ameaça à democracia em razão de uma necessidade do próprio processo econômico que foi estabelecido.

Classe - No ano passado, ocorreu uma grande campanha política, que foi a campanha da Frente Brasil Popular, onde as forças democráticas e progressistas marcharam unidas. Quais as possibilidades de essa unidade continuar a se fortalecer agora? Que necessidades se colocam em relação a isso?

Arraes - Estamos num momento em que é preciso discutir amplamente a questão brasileira. Antes das eleições eu tive a oportunidade de escrever ao Dr. Ulysses Guimarães uma carta em que chamava a atenção para a necessidade de cuidarmos do problema da integração do país. Como está, o país tende a se desintegrar, a perder os seus laços

internos. Para resolver a questão do enfrentamento do Brasil com o mundo é preciso que haja uma integração nacional. Essa coesão interna do nosso povo, não só em palavras, deve representar o restabelecimento do tecido econômico, unindo as regiões, de modo que amplos setores possam se reconhecer num projeto real para

o Brasil. Esse projeto permitiria que tivéssemos condições de saber como nos inserirmos no mundo de hoje e que negociações poderiam ser feitas a partir daí, a partir de uma compreensão conjunta de muitas forças sobre o que deve ser o Brasil para a frente. Então, eu entendo que essa discussão é necessária e ela passa

Paulo Torraca/Fóton



não só pelos partidos políticos mas também por amplos setores da sociedade, passa pelos empresários, pelos trabalhadores, pelos intelectuais do nosso país. O debate que possa existir sobre as pequenas tricas, inclusive eleitorais, deve trazer luz para a atualização das concepções que temos sobre o crescimento do país e sobre seu destino como nação. A consolidação da questão nacional e popular me parece fundamental agora e essa discussão deve ser feita com amplas forças e com todos aqueles interessados em encontrar o caminho, no sentido de resolver os problemas agudos da sociedade brasileira e devemos conduzir efetivamente para uma situação de avanço, pois querer inserir o Brasil no primeiro mundo, como pretendem, é querer inserir apenas uma parte do Brasil e, como disse um companheiro nosso, o Brasil não pode ser o primeiro mundo com 30 milhões de analfabetos e outros tantos de subnutridos.

Classe - É possível as forças democráticas e populares marcharem unidas nas eleições deste ano?

Arraes - Naquilo que podemos, temos nos esforçado para unificar as forças no nosso Estado. Acredito que essa unidade é fundamental para buscarmos levar ao povo uma palavra comum, conjunta, e também como um processo para essa discussão maior de que falei na resposta anterior. Creio que não haverá mudanças reais no Brasil se não organizarmos um movimento nacional unitário de grande porte.

Classe - Há uma grande expectativa nacionalmente quanto ao seu papel na vida política a partir de agora e a contribuição que pode dar à luta do povo brasileiro e à sua unidade. Quais os seus planos pessoais?

Arraes - Eu sou candidato a deputado federal. Serei um deputado como mais de quinhentos que estarão lá dentro.

O que me parece fundamental fazer a partir de um mandato que eu possa conquistar é tentar a unidade de forças não só no Congresso mas fora dele, junto com muita gente que representa parcelas importantes da opinião nacional, no sentido de buscarmos sistematizar a discussão sobre as questões complexas do país e ajudar na formação de uma força, de uma grande frente nacional que permita a consolidação da questão da nação brasileira. Parece-me hoje, mais do que nunca, que esta questão é uma questão popular. O povo brasileiro, as camadas que estão fora do sistema econômico e social, essas são as maiores interessadas na solução da questão nacional, que hoje é, portanto, uma questão popular. São duas questões que constituem um caso, pois são questões que se resolvem conjuntamente.



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Agrava-se a crise na URSS

A temperatura política continua subindo na URSS. Crescem os sinais e ingredientes de uma crise cada vez mais incontrolável. O quadro é de gigantescas dificuldades econômicas, descontentamento social generalizado e radicalização dos conflitos nacionais. O governo parece carecer de unidade para agir, enquanto expressivas lideranças militares acenam com a repressão como meio de conter a secessão no Báltico e coibir protestos antigovernamentais.

Gorbachev, "o valentão da Lituânia" - conforme uma expressão usada por uma publicação inglesa -, apertou o cerco contra as repúblicas bálticas rebeldes, mas, longe de solucionar o problema, só tem logrado agravá-lo. Não conteve o ímpeto nacionalista na região, incentivou o xenofobismo e não agradou, tampouco, os militares, que exigem uma conduta ainda mais enérgica e repressiva.

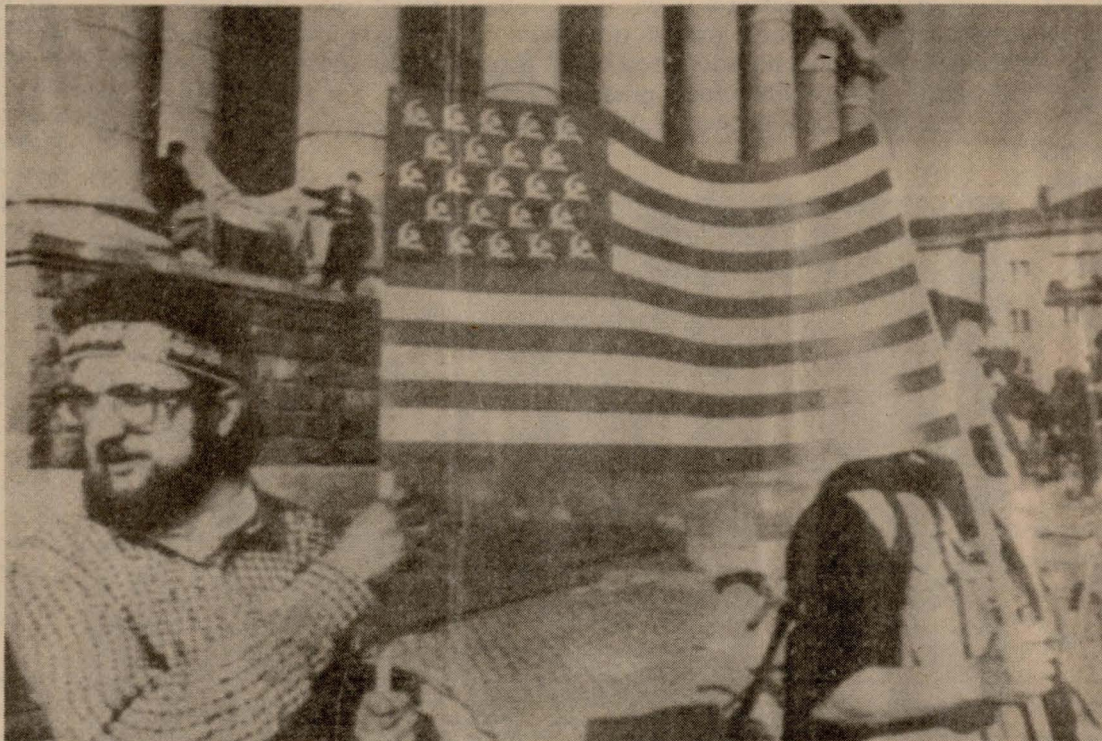
Báltico independente

No dia 4 de maio o parlamento da Letônia, embora de uma forma mais tímida e conciliadora, seguiu o rumo da Lituânia e Estônia, declarando independência, o que na prática formaliza o processo de secessão de todas as repúblicas bálticas.

Cuba teme agressão militar

As provocações do governo norte-americano contra a soberania de Cuba, especialmente através da invasão do espaço radioeletrônico do país para a transmissão de um programa de rádio e televisão francamente hostil ao governo, "podem formar parte de uma manobra maior" e se transformar em pretexto "para desatar uma agressão militar", conforme a interpretação de autoridades cubanas.

Uma declaração divulgada pelo Ministério de Relações Exteriores de Cuba salienta que as transmissões televisivas foram iniciadas no momento "em que a administração Bush, alongada pelas mudanças ocorridas na Europa Oriental, pelo resultado das eleições na Nicarágua e a 'vitória' lograda no Panamá, ao custo do massacre de milhares de seus filhos, empreen-



Lituanos protestam com uma bandeira que une URSS e EUA, ambos contra a autodeterminação dos povos

Estuda-se inclusive a possibilidade de criar uma união econômica da região.

Gorbachev respondeu com arrogância à iniciativa, ameaçando aplicar "sanções econômicas, políticas e administrativas". Os governantes soviéticos têm procurado estimular os povos russos e de outras nacionalidades que habitam a região à reação contra os separatistas, mas evidentemente isto só está resultando no aquecimento dos conflitos e do

ódio recíproco entre as etnias, uma tática tomada de empréstimo ao czarismo mas de duvidosa eficácia.

Russos da Lituânia promoveram passeatas e bloqueios de estradas contra o governo. Na Letônia organizaram uma greve geral. São fenômenos que revelam o estado lastimável a que foram conduzidos os trabalhadores da região, e consciências envenenadas pelo chauvinismo. Mas estão longe de significar uma solução política para os conflitos. Conti-

nua em processo a desagregação da URSS e do império russo. A crise, que em certa medida ainda é política, evolui para se transformar em crise militar.

Crise militar

A deserção no exército soviético torna-se um problema a cada dia mais grave, conforme as reclamações dos oficiais. Na mesma medida, cresce o nacionalismo. Devido à queda relativa da natalidade na região européia da URSS, atualmente 37% dos recrutas vêm da Ásia Central e da região Transcaucasiana (antigo Cáucaso), são predominantemente asiáticos e, segundo reportagem publicada na revista inglesa "The Economist", são "frequentemente espancados" pelos oficiais como parte do ritual de iniciação no Exército. Os oficiais, note-se, são russos, em sua esmagadora maioria, assim como é russa a língua oficial da corporação.

Decorre daí que os jovens de outras nacionalidades (não apenas no Báltico) rebelam-se contra o alistamento obrigatório, optando pela deserção. O governo tratou de russificar também as administrações das repúblicas, onde os russos ocupam a maior parte dos cargos burocráticos, direção das empresas, etc., impondo uma relação com as outras nacionalidades que foi classificada pelo presidente lituano, Vytautas Landsbergis, como do tipo "escravo-senhor". O grau de opressão tor-

nou-se proporcional ao ódio e desavenças entre as nacionalidades e explica igualmente a resistência dos separatistas e a dimensão do conflito.

Embora hoje esteja mais do que claro que a solução pretendida por Gorbachev - de negar, num primeiro momento de modo "elegante" e, com o tempo, de maneira arrogante, o direito à autodeterminação, previsto (não custa repetir) na Constituição soviética - é falsa e agrava os conflitos, o governo soviético tende a endurecer e a impor um "consenso" militar.

Os militares exigem mais repressão, e declararam suas pretensões publicamente no dia 8 de maio durante a abertura das comemorações oficiais do "Dia da Vitória" (que marca a derrota do nazismo na Segunda Guerra). O almirante Vasily Grishavo criticou "setores do governo que relutam em fazer cumprir a lei e impor a ordem", referindo-se à "maneira humilhante como são tratados os oficiais nas repúblicas do Báltico, uma verdadeira tragédia". O subcomandante militar em Vilna (capital da Lituânia), Valery Sgorupov, por sua vez, disse que foi criada "uma situação incontrolável por meios políticos", sendo em sua opinião inevitável "uma intervenção militar", mesmo porque "muitos pedem medidas completas, como prevê a Constituição soviética e não medidas como as editadas até hoje". São estes o clima e o teor da discussão nos quartéis soviéticos.

Porém a crise do regime soviético não se limita a isto. Enquanto se agravam as contradições econômicas e sociais, crescem no país tendências de extrema-direita como a organização Pamyat (memória), que deixou a clandestinidade no início da década passada com um discurso xenofobo unindo antissemitismo, anticomunismo e um apego reacionário ao czarismo e ao orgulho grão-russo. O grupo contaria com cerca de 4 milhões de membros e é uma força considerável na URSS. O descontentamento contra Gorbachev, de variadas espécies, ficou patente também no 1º de maio, quando o líder revisionista foi intensamente vaiado por milhares de manifestantes e foi forçado a se ausentar das comemorações oficiais no centro de Moscou. A temperatura política eleva-se, a repressão recrudescce e as perspectivas de curto prazo na URSS não são animadoras.

de um curso cada vez mais agressivo e hostil contra a revolução cubana".

A iniciativa do imperialismo ianque, conforme observam as lideranças cubanas, contraria não só normas elementares de convivência democrática e pacífica entre as nações como igualmente ocorre ao arrepio do direito internacional, particularmente "da convenção de Nairobi de 1982 e da convenção da União Internacional de Telecomunicações (UIT), das quais são signatários Cuba e Estados Unidos".

A UIT enviou correspondência ao governo americano protestando contra as transmissões televisivas para o território cubano, lembrando que elas contrariam o espírito da convenção de Nairobi sobre a questão, que, entre outras coisas, prevê a regu-

lamentação de qualquer transmissão "com o objetivo de facilitar as relações pacíficas e a cooperação internacional".

O governo cubano tem feito um considerável esforço no campo diplomático e político para dissuadir o governo ianque de suas intenções, porém não encontra uma intenção pacífica no interlocutor. A declaração do Ministério de Relações Exteriores reitera "a decisão irrevogável do povo e do governo cubano de resistir e rechazar esta nova agressão do imperialismo", ao mesmo tempo em que observa: "não se pode duvidar, inclusive, que tais transmissões formem parte de uma ação de maior envergadura e que os Estados Unidos pretendem, na realidade, criar as condições para desatar uma agressão militar".

Encontro internacional de comunistas no Canadá

Numa manifestação de grande espírito internacionalista, o Partido Comunista do Canadá (marxista-leninista) promoveu em Montreal no dia 22 de abril um encontro internacional entre partidos e organizações marxistas-leninistas para comemorar a passagem do 120º aniversário do nascimento de Vladimir Ilitch Lênin e o 20º aniversário da fundação do PCC(m-l), transcorrido em 31 de março.

Participaram do encontro, perante uma platéia de centenas de pessoas, delegações do Partido Comunista do Brasil (chefiada por João Amazonas), Partido Comunista Reconstruído de Portugal, Partido Comunista Revolucionário (marxista-leninista) da Grã-Bretanha, Partido Comunista da Dinamarca (m-l), Partido Comunista (Ghadar) da Índia, Partido Comunista da Etiópia (originário da Liga Marxista-Leninista do Tigré), Partido Comunista da Irlanda, das organizações pela construção do Partido Comunista dos Estados Unidos da América e de Trinidad-e-Tobago e da Associação de Amizade México-Albânia.

Durante o ato público em homenagem ao aniversário do nascimento de Lênin falaram João Amazonas (ver íntegra do seu discurso no box) e o primeiro-secretário do Comitê Central do Partido Comunista do Canadá (m-l),



Hardial Bains (ao seu lado João Amazonas): reafirmação dos princípios e unidade na luta contra o revisionismo

Hardial Bains. O Partido do Trabalho da Albânia enviou uma fraternal mensagem de saudações, calorosamente aplaudida pelo público. Foram lidas ainda mensagens de todos os partidos presentes, do Partido Comunista Chileno (Ação Proletária), do Partido Comunista do Suriname e do Partido Comunista da Alemanha.

O dirigente do Partido Comunista do Canadá (m-l), Hardial Bains, muito aplaudido, fez um discurso fundamentado sobre os problemas atuais do socialismo. Destacou que o seu partido sempre esteve na luta contra o revisionismo e condenou a onda anticomunista no Leste Europeu. E manifestou seu apoio à Albânia Socialista, ressaltando seu papel na luta revolucionária.

As comemorações do 120º do nascimento de Lênin e do 20º aniversário do PCC (m-l) foram encerradas com dois jantares, em Montreal e em Ontário, com a presença de centenas de pessoas. Neles falaram representantes dos partidos marxistas-leninistas e de organizações do partido canadense.

O encontro internacionalista realizado no Canadá foi uma oportunidade para reafirmar as convicções revolucionárias e fortalecer a unidade do movimento comunista a nível mundial na luta contra o revisionismo.

Em defesa de Lênin

Eis a íntegra do discurso pronunciado por João Amazonas:

Queridos camaradas dos Partidos marxistas-leninistas presentes
Amigos e companheiros de Montreal e de todo o Canadá

Sinto-me profundamente honrado de participar, em nome do Partido Comunista do Brasil, deste magnífico Encontro Internacional promovido pelo Partido Comunista do Canadá (marxista-leninista). Reverenciamos aqui a maior personalidade do século, Vladimir Ilitch Lênin, por ocasião da passagem do seu 120º aniversário de nascimento.

No momento em que a burguesia intensifica sua campanha anticomunista, em que os vândalos da contra-revolução vão ao extremo de destruir monumentos consagrados à figura inolvidável de Lênin, tem enorme significação a realização de atos como este que exaltam a revolução socialista de 1917 na figura do seu grande chefe e que demonstram a inabalável decisão de persistir, com mais firmeza ainda, no glorioso caminho indicado por Vladimir Ilitch.

Não nos abatemos com derrotas temporárias, que fazem parte do processo contraditório da luta de classe. Inspiramo-nos no exemplo de Lênin que,

em tais circunstâncias, revigorava sua convicção na vitória da causa do proletariado e dos explorados e oprimidos de todo o mundo. Tirava lições dos acontecimentos negativos para armar a classe operária e os povos com novos instrumentos de combate no campo da teoria e no da ação concreta.

Lênin tornou realidade as idéias avançadas de Marx e Engels. Demonstrou que essas idéias tinham raízes na própria vida, correspondiam plenamente às exigências do desenvolvimento da sociedade. A tempestade revolucionária que varreu o czarismo e a burguesia russa do poder e o entregou à classe operária abriu uma nova era que Lênin chamava a época do imperialismo e da revolução proletária. Desde então, o inimigo de classe tornou-se ainda mais furioso, bárbaro e arrogante. Tem recorrido a todas as infâmias e monstruosidades para barrar o caminho do progresso social. Mas não conseguirá seu objetivo. A revolução amadurece nos quatro cantos do mundo.

É incomensurável a obra produzida por Lênin. Nenhum pensador na história da Humanidade escreveu tanto e com tanta profundidade, versando os mais complexos problemas da

vida material e social, do que esse gigante do pensamento e da ação revolucionária. É assombrosa a opinião de Lênin sobre as mais variadas questões da nossa época, extraordinário seu domínio do método dialético materialista. A dialética, dizia ele, é a base teórica fundamental da doutrina marxista. Manejando essa arma contundente, ele desenvolveu a ciência social e construiu o sólido alicerce da comunidade do futuro. Legou aos combatentes de vanguarda esse grande ensinamento que precisa ser melhor assimilado pelos que desejam a transformação radical da sociedade. Os revisionistas contemporâneos tentaram utilizar as idéias de Lênin na pretensa fundamentação de seus projetos antisocialistas. Citavam frases isoladas do contexto, empregavam escritos leninistas fora do tempo e do lugar. Mas o embuste tornava-se evidente. Eles abafavam a essência crítica e revolucionária do pensamento leninista. Tudo que Lênin escreveu tem endereço certo - a condenação do capitalismo, do oportunismo internacional, a fim de assegurar a vitória do comunismo.

Lênin sempre manifestou sua convicção científica relacionada com o triunfo do socialismo e do comunis-

mo. Mas afirmava que o alcance desse nobre objetivo dependia da disseminação da ideologia do proletariado e, especialmente, da liquidação do oportunismo nas fileiras da luta de classe. Sem teoria revolucionária, já havia dito no início do século, não há movimento revolucionário. O oportunismo é exatamente a negação desse princípio, que dá corpo e consistência à consciência socialista dos trabalhadores. Lênin previa a possibilidade de que o capitalismo pudesse durar longo período, em estado de decomposição, se perdurasse o que ele denominava o tumor do oportunismo. E assim está acontecendo. Gorbachev e seus sequazes, oportunistas da pior espécie, ajudam a sobrevivência do odiado sistema capitalista. São antileninistas, anticomunistas, serviais imundos da burguesia, hoje de mãos dadas com os imperialistas norteamericanos tentando destruir tudo que é revolucionário e progressista no mundo. Mas eles, como a burguesia, têm os seus dias contados. Sobre eles passará a roda da História que não pode ser detida por quem quer que seja.

empenha-se em estudar e aplicar os ensinamentos valiosíssimos de Vladimir Ilitch Lênin. Fomos dos primeiros a ocupar as trincheiras avançadas da luta contra o revisionismo contemporâneo. E aí permaneceremos, juntos com os partidos marxistas-leninistas irmãos, com os revolucionários de todos os continentes, até a vitória final do socialismo. Dificuldades existem, mas existe também a vontade de cumprir, na medida das nossas forças, a missão comum de levar à tumba o repelente sistema da exploração do homem pelo homem.

Saúdo com entusiasmo o Encontro Internacional do Canadá, convencido de que será uma marco inapagável do combate ao revisionismo contemporâneo, de luta contra os deturpadores e destruidores da grandiosa conquista leninista, a imortal Revolução Proletária de 1917.

Glória ao 120º aniversário de nascimento de Lênin!
Viva o marxismo-leninismo e o internacionalismo proletário!
Viva a unidade inquebrantável dos revolucionários de todo o mundo!

Os 5 anos de luta do CES

Altamiro Borges*

Num momento político como o que vivemos, onde a apatia e o defensismo buscam se alojar até em lideranças políticas e sindicais combativas, urge destacar instrumentos a disposição da luta sindical, como o Centro de Estudos Sindicais. Nele, diante das adversidades da vida sindical, os trabalhadores e sindicalistas podem apreender com maior clareza as vicissitudes da luta de classes e o conteúdo do sindicalismo classista.

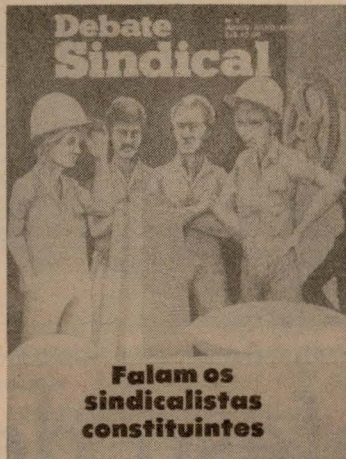
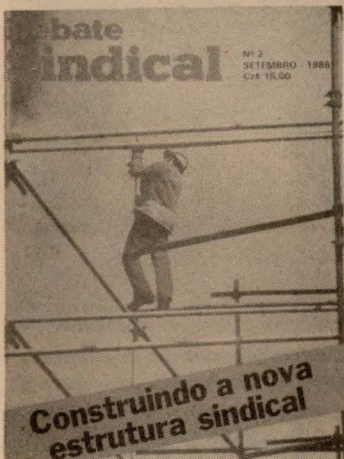
Em abril, o Centro de Estudos Sindicais (CES) completou cinco anos de existência. Fundado por um núcleo de sindicalistas e estudiosos do assunto, tendo como base São Paulo, esse instituto nasceu com o objetivo programático de "contribuir para o avanço do sindicalismo classista em nosso país". Um rápido balanço de sua trajetória, mostra que o saldo de seu trabalho foi positivo, apesar de todas as debilidades de estrutura.

Desde sua criação, o CES estabeleceu duas prioridades: a formação sindical e a elaboração da revista *Debate Sindical*, uma publicação teórica especializada no estudo do sindicalismo. No campo da formação, foi organizado o "curso básico de sindicalismo". Até hoje, mais de 3 mil sindicalistas, de todo o país, já participaram do curso, que ajudou no aprofundamento da discussão sobre a atuação sindical e na formação de inúmeros quadros do sindicalismo.

Quanto à revista *Debate Sindical*, ela se mostrou um instrumento importante para a análise, a polêmica e a troca de experiências sobre o sindicalismo. Em suas páginas foi reconstruída a história de movimento

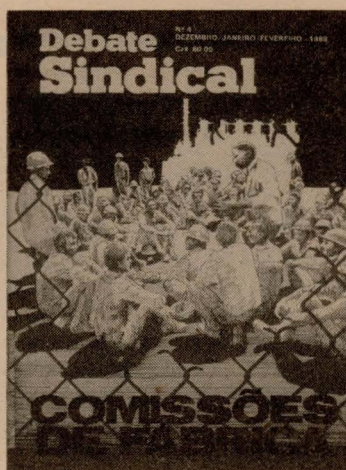


O atual presidente do Ces, Altamiro Borges



sindical brasileiro a partir da ótica marxista. Nelas também se procurou contribuir para as discussões sobre a estrutura sindical, tema que ganhou importância durante os trabalhos da Constituinte.

Apesar de sua periodicidade irregular, devido principalmente aos altos custos gráficos, a revista granjeou simpatia pela seriedade e amplitude



de no trato das questões de interesse do conjunto do movimento sindical.

Estudo e assessoria

Mais recentemente, o CES também partiu para a realização de estudos e pesquisas mais aprofundadas de temas candentes para a ação sindical. Durante quatro meses, uma equipe de colaboradores avaliou as

mudanças operadas na organização sindical a partir da promulgação da Constituição, em outubro de 88. O resultado desse trabalho foi publicado no Caderno do CES n.º 1: "A nova Constituição e as mudanças no sindicalismo", que ajudou a orientar vários sindicatos na nova fase que se iniciava.

Pouco depois, o CES publicou o seu segundo caderno: "Uma proposta de estatuto democrático para os sindicatos". Esse estudo teve excelente repercussão. Foi o primeiro no país com esse conteúdo, servindo para nortear as discussões em inúmeras entidades. O CES foi chamado para dezenas de palestras em todo o país e deu assessoria a vários sindicatos, que mudaram democraticamente os seus estatutos internos.

Novos desafios

A experiência desses cinco anos demonstra que o sindicalismo tem necessidade de um órgão de estudo e assessoria como o CES. E isto por várias razões. O praticismo crônico da atividade sindical e a própria complexidade da luta dos trabalhadores colocam essa exigência. Novas lideranças surgem no processo de confronto de classes com grande sede de conhecimentos para dar perspectiva à sua ação.

Além disso, é intensa a disputa de idéias nessa frente decisiva de luta dos explorados. Não é para menos que nos últimos anos várias correntes políticas e sindicais têm investido tanto nesse terreno. O imperialismo norte-americano, por exemplo, subvenciona com dólares o funcionamento do corrompido ICT - Instituto Cultural do Trabalho. A social-democracia européia, por sua vez, mantém inúmeros institutos de formação

no Brasil, como o Ildes e o Caps. A igreja financia a Fase e outros órgãos similares. Nessa acirrada disputa de posições, o CES surge como único instituto que defende a concepção sindical classista. Através de seus cursos, dos materiais impressos e da assessoria direta, o CES divulga as idéias de um sindicalismo de luta, e não de conciliação de classes; um sindicalismo enraizado na base; um sindicalismo democrático e unitário; um sindicalismo que ajude no processo de politização dos trabalhadores.

Campanha de filiação

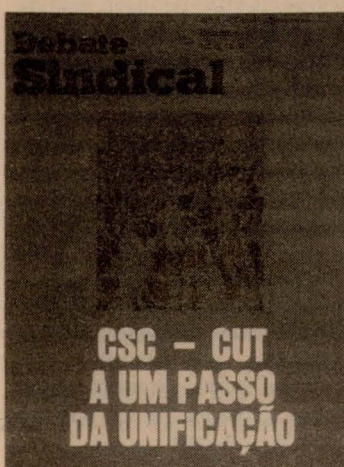
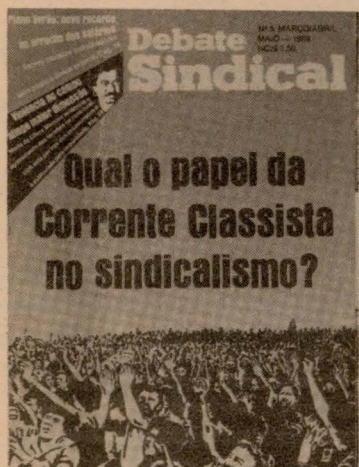
Para cumprir a contento o seu objetivo, entretanto, é preciso estruturar melhor o Centro de Estudos Sindicais. Essa entidade não conta, como as demais, com ajuda externa. A única forma de sobreviver e de multiplicar suas iniciativas é através da própria ajuda do movimento sindical classista de nosso país. Exatamente com esse espírito, o CES está desenvolvendo uma campanha de filiação de sindicatos.

Com o apoio material e político do sindicalismo combativo, o CES pretende ampliar o alcance de seu trabalho. Apesar de hoje ser um órgão reconhecido, o processo de filiação ainda é pequeno. Apenas 35 sindicatos contribuem mensalmente para manter a entidade. Entre a declaração de que o CES cumpre um importante papel e o ato concreto de filiação ainda existe uma grande distância.

Distância que é preciso superar rapidamente. Inclusive porque a disputa de idéias no sindicalismo tende a se acirrar. O próprio ingresso da Corrente Sindical Classista na CUT é prova disso. Se quiser manter sua fisionomia própria, o sindicalismo classista precisará divulgar amplamente a sua concepção, formar inúmeros quadros sindicais, planejar melhor sua atividade, etc. O CES pode dar uma importante contribuição nesse sentido. Para isso, precisa se estruturar.

Está lançado o desafio da filiação massiva ao CES. Quem estiver disposto a encará-lo, entre em contato conosco. Escreva para o Centro de Estudos Sindicais: Rua Major Queluzinho, 300, sala 15, Bela Vista, São Paulo, CEP 01050. Telefone: (011) 37-7300.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois



Mais arrocho para os salários

Irasson Cordeiro Lopes

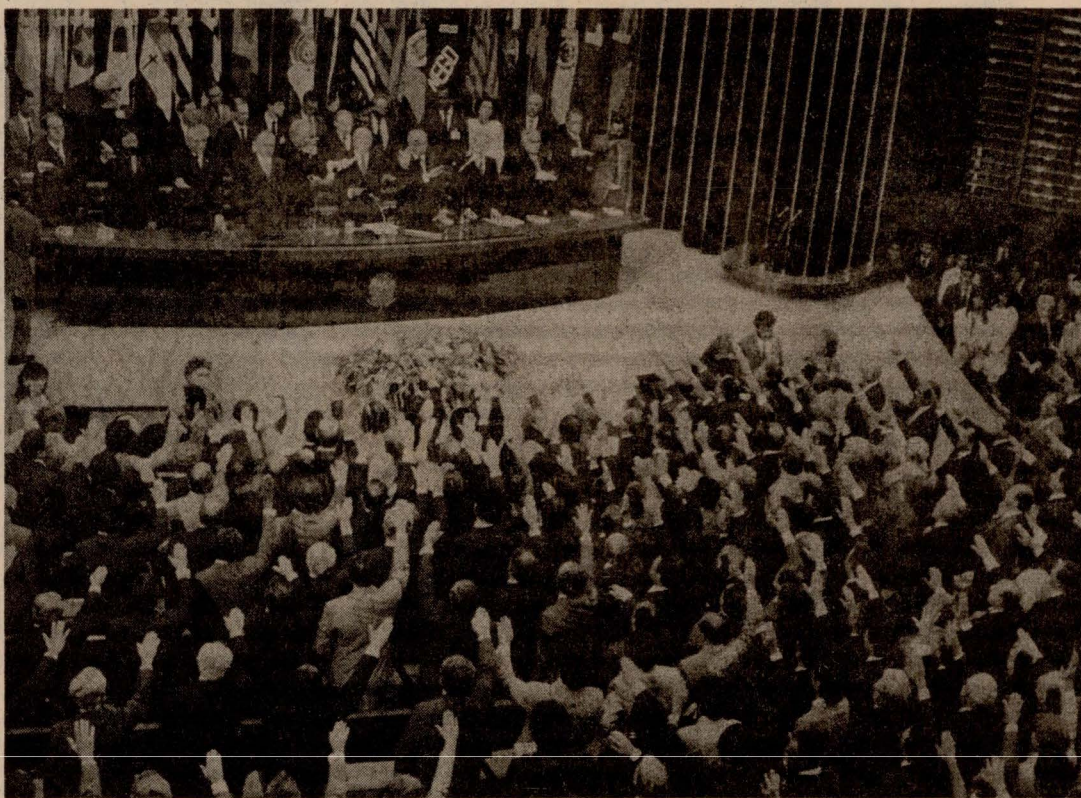
Como se não bastasse o escandaloso arrocho salarial que vem complicando ainda mais a já abalada condição social dos trabalhadores, agora o governo de Collor vem com novo arbítrio. E foi o ministro da Justiça, Bernardo Cabral, quem o redigiu. Trata-se da Medida Provisória 185. Ela devolve ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) o poder de tornar suspensos os dissídios coletivos de trabalho. Tal procedimento exige o rápido e decidido repúdio do movimento sindical.

No último dia 7, em entrevista ao SBT, o deputado federal Luiz Inácio Lula da Silva refutou duramente os pretextos dos círculos governamentais para justificar a Medida Provisória e acusou o governo de estar, primeiramente, atendendo a uma conveniência para a Rede Globo. Lula explicou que os empregados da emissora em Minas Gerais ganharam, há poucos dias na Justiça, o direito a reposição integral de suas perdas salariais, prevendo a incorporação do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) integral de março, calculado em 84,32%.

Fazendo coro aos argumentos do ministro Cabral, Antonio Rogério Magri, ministro do Trabalho, não perde a oportunidade para fazer demagogia. Faz apelos reiterados aos empresários para que não demitam os empregados. Faz comentários hipócritas, afirmando que o adiamento dos dissídios coletivos dos trabalhadores garante que os salários não sofrerão perdas. Para Magri, "o bom senso indica que se empurre por dois ou três meses os dissídios das categorias que têm data-base agora".

Ato Inconstitucional

Com um quadro desses, desfavorável por completo aos interesses dos trabalhadores, a luta sindical vai ficando mais difícil se um grande contingente de trabalhadores não for mobilizado e esclarecido de seu poder de protesto. Nesse contexto, joga papel importante a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Até a pelega Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), da qual Magri é presidente licenciado, procurou a CUT para uma ação conjunta contra a MP 185. As duas entidades denunciaram em nota a medida do Executivo que "agrave não só a Constituição,



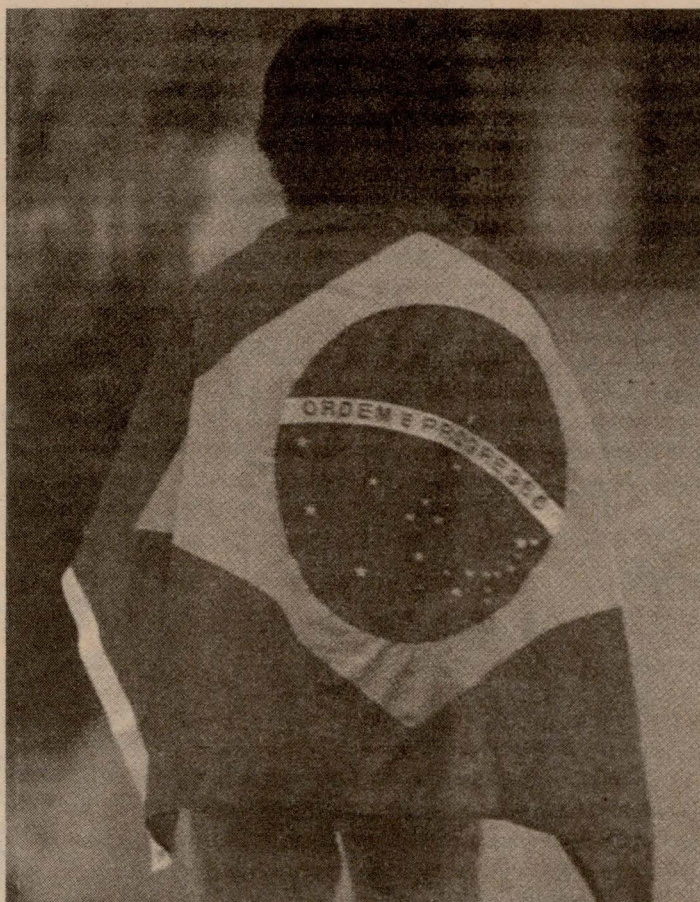
A nova Constituição Federal eliminou os Decretos-leis, mas criou as Medidas Provisórias

como fere a autonomia dos poderes da República".

Os dirigentes sindicais classistas devem ser sempre habilidosos. Os setores apelegados do movimento sindical continuam os mesmos. Antonio Medeiros, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que o diga. Apenas não querem se isolar da massa. O novo recurso inconstitucional de Collor é visível demais. Contudo, a esquerda sindical deve saber aproveitar alianças momentâneas com estes setores. O que não se deve fazer é ficar no defensismo, à espera de que o plano fracasse. Isto equivaleria ao discurso colaboracionista dos segmentos atrasados do sindicalismo que fogem da mobilização da grande massa proletária.

A desculpa do governo para a edição da MP 185 é que a recuperação rápida dos salários e conseqüentemente do poder aquisitivo geraria uma febre consumista semelhante à provocada nos primeiros meses do Plano Cruzado original. Reforçando esse raciocínio, no mínimo cínico, o ministro da Justiça diz que "procurou-se preencher uma lacuna legal". Ele lembra que a lei 7.788, vigente até o ano passado, foi revogada.

Ela proibia os efeitos suspensivos de qualquer natureza contra os dissídios coletivos e obrigava as empresas a acatar o dissídio contes-



Em 1988, a esperança de Constituição democrática

tado pelos Tribunais Regionais até a manifestação final do Tribunal Superior do Trabalho. Neste aspecto, sem dúvida, a lei anterior preservava um pouco mais as conquistas trabalhistas. Cabral ignora ou omite este fato. O ministro deveria é dizer às claras o que vai acontecer se o

Congresso permitir que vingue a Medida. Se um tribunal regional, por exemplo, conceder qualquer ganho real para uma categoria, se o patrão entender que não pode pagar, ele recorre ao TST, que pode não aprovar o efeito suspensivo por 150 dias.

Medidas vulgarizadas

Várias categorias têm data-base em maio e quase todas reivindicam a inflação de março, subtraída pelo Plano Collor. Há vários processos no TST de dissídio. Segundo o ministro do TST e ex-ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, não se pode especular qual será a postura do tribunal frente aos processos. No entanto, Pazzianotto resolveu revelar sua opinião sobre a medida. Primeiramente ele tem-se declarado contrário ao índice zero de inflação anunciado pelo governo para abril. Também se posicionou contra a nova Medida Provisória, achando que ela não deveria ter sido usada. "Não se trata de questão relevante, nem urgente, como prevê a Constituição. O governo está vulgarizando o uso de Medidas Provisórias."

Faltou ao ministro do TST dizer que a Constituição Federal, apesar de seu conteúdo predominantemente conservador, traz algumas importantes conquistas para o movimento sindical e os trabalhadores. Somente basta citar o 36º parágrafo do capítulo "Dos direitos e deveres individuais e coletivos", para mostrar a afronta da Medida 185 às normas constitucionais. Nele está escrito que "a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada".

O sindicalismo de luta terá que dar resposta àqueles que só querem seguir a Constituição no que ela permite preservar privilégios das minorias dominantes e a criação de casuísmos. Há que se mostrar, a toda sorte de inimigos dos direitos dos trabalhadores, que não se pode eliminar lacunas legais, como pretende o governo Collor, com medidas de afetação social.

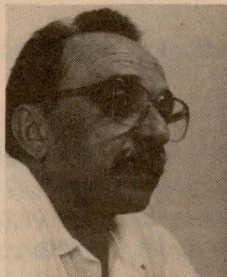
Os principais sindicatos são contrários à Medida 185, assim como também contestam a Medida Provisória 182, que proíbe que a Justiça conceda liminares em mandados de segurança e ações decorrentes do Plano Collor. Mas isto é pouco. É necessário ir a campo, chegar-se aos trabalhadores. Orientá-los de forma simples, mas decidida para combater o arrocho salarial e romper o cerco que a propaganda diária e auto-promocional de Collor tenta impor sobre a resistência da oposição política e sindical do nosso povo.

CUT rural realiza congresso

Pepe/Fóton

QUESTÃO DE ORDEM

Paulo Torraca/Fóton



Luta anti-recessiva deve mobilizar toda a sociedade

Ronald Freitas *

A política recessiva implementada pelo governo Collor vai cada dia ficando mais clara. Segundo a própria Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), em abril a indústria paulista demitiu 45.281 trabalhadores, equivalente a 2,21% da mão-de-obra ocupada, sendo este o maior índice de demissões desde 1981 (*Folha de S. Paulo* 08/05/90).

Outros indicadores econômicos mostram que a situação da inflação não está sob controle e ameaça voltar a qualquer momento. O dólar no mercado paralelo volta a atingir valores de antes do plano, o preço do ouro, a taxa do "over" e os juros também sobem significativamente, mostrando a desconfiança dos aplicadores na situação econômico-financeira do país e pressionam para cima os preços. Tudo isso vai mostrando a inconsistência do plano Collor, e aos poucos vai minando as bases de apoio ao governo e à sua política econômica.

Intervencionismo

Por outro lado o uso contínuo por parte do governo de medidas provisórias, de caráter inconstitucional, tem afrontado a consciência jurídica do país, e o que é mais grave, tornando sem efeito uma série de artigos da Constituição. Através dessas medidas provisórias e de portarias com força de lei o governo tem intervindo na área trabalhista com mudanças significativas nos direitos constitucionais dos trabalhadores, na educação, atingindo a independência e autonomia universitária, na saúde, praticando um intervencionismo na previdência, desorganizando o atendimento médico e atacando o SUDS etc.

Tudo isso agride a consciência democrática da nação, amplia o leque de forças que se opõem a essa situação e vai criando condições favoráveis à mobilização das massas para resistir e lutar contra o governo Collor e seu plano. Mas a resistência tem que encontrar os caminhos adequados a unir e organizar todos os setores insatisfeitos, e elaborar uma ampla plataforma de lutas, capaz de atender suas reivindicações.

Temos afirmado, nesta coluna, que "... a luta contra esse 'pacote' se orienta para mobilizar amplas forças sociais, numa perspectiva de defender os interesses nacionais e democráticos do nosso país e do nosso povo". *Classe Operária* n.º 40, pág. 8). Essa posição é absolutamente justa e a vida vai mostrando as possibilidades de implementar medidas capazes de viabilizar a formação de uma ampla Frente Política oposicionista, de caráter democrático e popular.

Frente anti-recessão

A Central Única dos Trabalhadores (CUT), na última reunião de sua executiva em 25/abril, decidiu entrar em contato com os partidos políticos progressistas, com as organizações democráticas da sociedade civil, e com outros setores organizados do movimento sindical e popular, com o objetivo de formar uma ampla frente de luta contra a recessão. Consideramos, que para viabilizar esta frente, deve-se realizar uma reunião com a presença de todos os setores citados, onde se discuta a situação do país, o plano Collor e suas consequências econômico-sociais. Esta reunião é mais que oportuna e é dever de todos os setores progressistas, populares e democráticos lutarem pela sua realização e dela participarem. Será um fórum privilegiado para, após análise do quadro político, econômico e social do Brasil, se lançar uma grande campanha em defesa da soberania nacional, do regime democrático e contra o uso de meios excepcionais de legislar por parte do presidente da República. Contra a recessão econômica, e pela garantia do emprego, contra as perdas salariais impostas pelo Plano. A unidade formada através do embate contra o governo Collor é a garantia de avanço da luta do povo brasileiro por dias melhores e socialmente justos.

* da direção nacional do PCdoB

O I Congresso do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (CUT) foi realizado entre os dias 30 de abril e 4 de maio, no Ginásio do Pacaembu, na capital paulista. O acontecimento tem importância significativa para o sindicalismo rural. Neste congresso, além de eleger a nova diretoria do departamento, os trabalhadores discutiram e aprovaram várias propostas para implantação da CUT no campo.

Pequenos produtores, assalariados, trabalhadores sem-terra, pescadores, seringueiros e garimpeiros carecem de uma representação sindical mais próxima e fortalecida. A CUT já é uma importante referência para os trabalhadores rurais, mas é necessário ampliar as suas áreas de influência. Principalmente agora que o latifúndio volta a intensificar suas ações sanguinárias contra lideranças camponesas, é preciso que os sindicatos rurais propagandem vigorosamente a violência dos latifundiários e seus jagunços, pressionando as autoridades para que tomem as providências previstas em lei contra esses criminosos, denunciando aquelas que forem omissas ou coniventes.

Esteve presente ao congresso o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria - PA, Expedito Ribeiro de Souza, jurado de morte pelos assassinos dos irmãos Canuto, José e Paulo, mortos no dia 22 de abril (veja também matéria sobre o Pará nas págs. 10 e 11). Expedito, 43 anos, com 9 filhos e 2 netos, é um homem simples do campo e uma liderança destacada do povo da pequena comarca de Rio Maria. Com a mesma paixão que, nas horas vagas, escreve poemas sobre a Amazônia e a liberdade no Brasil, abra-



Plenária do I Congresso, buscando avançar a luta do campo

ça a luta pelos direitos sociais e políticos dos trabalhadores. No congresso, denunciou corajosamente os desmandos dos fazendeiros e a ação de seus paus-mandados, pistoleiros pagos para exterminar os trabalhadores que lutam pela reforma agrária nas terras do Pará. "Nós, com todas essas mortes, não vamos nos curvar, vamos continuar na luta", afirmou Expedito.

O Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT (DNTR), após este congresso, passa a ter uma tarefa histórica. Ele deverá aplicar as resoluções aprovadas, que tratam dos mais variados temas de interesse do sindicalismo rural. Dentre eles, destaca-

mos: a questão da violência no campo, exigindo punição dos mandantes e executores dos crimes; combater a política agrária do governo, que visa contemplar a grande burguesia rural; implantação da reforma agrária com o fim dos latifúndios.

Criado em abril de 1988, o DNTR surgiu num encontro nacional extraordinário promovido pela Central com representantes de 17 Estados. Dirigido por uma executiva provisória até a realização deste congresso, o departamento passou por muitas dificuldades, dentre elas materiais, porém, hoje se apresenta mais revigorado. Contou no congresso com a participação de cerca de 200 entidades e tende a ampliar-se.

Para Avelino Ganzer, que era membro da direção provisória, a expectativa dentro da Central com relação ao DNTR é positiva: "Não tenho dúvida de que avançaremos. Mas é preciso muito empenho, compromisso e ousadia política, propondo saídas rumo à implantação do novo sindicalismo da CUT no Brasil", disse.

Metalúrgicos de Campinas escolhem chapa unitária

Os metalúrgicos de Campinas - SP, em convenção realizada no dia 29 de abril, escolheram a chapa única da CUT para concorrer às eleições do sindicato nos próximos dias 29, 30 e 31.

Foi a maior convenção já vista pelo movimento sindical da região. Massiva e representativa, ela contou com a presença de cerca de mil trabalhadores, que lotaram o Teatro Castro Mendes.

Duas chapas concorreram e os metalúrgicos opinaram pelo voto secreto. Dos 895 votantes, 697 (80,57%) se posicionaram pela chapa Unidade e Democracia, composta por membros da CUT pela Base, Corrente Sindical Classista, Força Socialista e Democracia e Luta. Contra eles, 168 (19,42%) votaram na chapa Articulação Metalúrgica que, por não ter atingido o percentual mínimo de proporcionalidade estabelecido (20%), ficou fora da chapa. Com tal resultado, a convenção definiu a chapa Unidade e Democracia com 40 nomes para representar o sindicalismo classista e de luta à frente do sindicato e contra o sindicalismo de resultados.

A CSC participa da chapa com três destacadas lideranças da categoria: João Zinclar, Tonhão e Valdemir (Capeta).

I SEMINÁRIO NACIONAL DA CORRENTE SINDICAL CLASSISTA/CUT *

Dias 12 e 13 de maio
Sindicato dos Metroviários de São Paulo
R. Florêncio de Abreu, 270 - Centro - Fone: (011) 228-0022

Programação:
Dia 12 - 9h - Exposição e debate "Situação Nacional", com João Amazonas, presidente nacional do PCdoB.
14h - Exposição e debate "Objetivo e perspectiva do Plano Collor", com Duarte Pereira, jornalista, e Walter Barelli, economista.
Dia 13 - 9h - Balanço do II Congresso da CSC - perspectiva e tarefas, com Sérgio Barroso, coordenador geral da CSC.
14h - Organização, formação e finanças, com Nivaldo Santana e Vagner Gomes, secretários da CSC.

Inscrição individual: Cr\$ 500,00
* O presidente nacional da CUT, Jair Meneguelli, foi convidado para a abertura do seminário

7º Congresso, fonte de vitórias

Há dois anos, no mês de maio, realizou-se em São Paulo o 7º Congresso do Partido Comunista do Brasil. Reunidos no Centro de Convenções Rebouças, 500 delegados representando as organizações do Partido em todo o país, eleitos em assembléias de base, conferências distritais, municipais e regionais, debateram intensamente a situação nacional e internacional, elaboraram coletivamente a linha política do Partido, aprovaram seu programa e estatutos e indicaram tarefas de natureza política, ideológica e organizativa.

O 7º Congresso repercutiu amplamente no país, atraindo a atenção dos setores democráticos e progressistas da sociedade. Em sua plenária de encerramento compareceram representantes de diversos partidos políticos e personalidades destacadas da vida cultural brasileira.

Marcado por arraigado espírito internacionalista, o 7º Congresso do PCdoB despertou interesse também fora do país. Estiveram presentes delegações do Partido do Trabalho da Albânia e de outros onze partidos marxistas-leninistas da América, Europa e Ásia.

Encruzilhada histórica

Durante o 7º Congresso, os comunistas brasileiros apreciaram as perspectivas do desenvolvimento da economia mundial. Assinalando que o mundo burguês encontra-se em crise profunda, o informe de João Amazonas, aprovado por unanimidade na plenária final, destaca: "Observam-se importantes mudanças no processo da reprodução capitalista, que tem na crise seu ponto de partida para o desenvolvimento ulterior do capitalismo em nível



A mesa da sessão de abertura do 7º Congresso

mais elevado. Desde algum tempo, o ciclo clássico das quatro fases que vai de uma crise a outra mostra-se sensivelmente alterado. Amplia-se a fase da depressão e reduz-se a da reanimação e auge da produção".

Do ponto de vista nacional o 7º Congresso traçou orientações muito concretas a partir do diagnóstico que fez da crise estrutural da sociedade brasileira. Identificou que o Brasil

está vivendo "uma encruzilhada histórica", o que implica opções de desenvolvimento muito distintas: "Ou rompe radicalmente com o atual estado de coisas e assegura um desenvolvimento econômico independente, abre clareiras para o progresso efetivo, para a democratização e a modernização da vida nacional, ou afunda-se no pântano da decadência e da submissão à oligarquia financeira imperialista". Por isso o Congresso considerou que a prin-

cipal tarefa do Partido Comunista do Brasil é "trabalhar pela vitória das forças progressistas, da classe operária e de seus aliados nesse grande embate contra a reação e os monopolistas estrangeiros, orientando com justeza a luta das massas e indicando-lhes o caminho seguro da libertação".

Com base nessa compreensão, o 7º Congresso situou num novo patamar a política de alianças, que se refletiu concretamente nas eleições municí-

pais de 1988 e sobretudo nas presidenciais de 1989.

Campanha anticomunista

Um dos pontos altos do 7º Congresso do Partido Comunista do Brasil foi a vigorosa denúncia que fez da campanha anticomunista a nível mundial, o desmascaramento da *perestroika* e a firme defesa do marxismo-leninismo.

Transcorridos dois anos da realização de seu 7º Congresso, o Partido Comunista do Brasil vê suas teses e resoluções confirmadas pela vida. A grande movimentação de massas do ano passado comprovou que a união do povo é o único caminho seguro para conduzi-lo à libertação. A campanha anticomunista, que não era tão percebida, se transformou, com o aprofundamento da crise na União Soviética e os recentes acontecimentos no Leste europeu, em tema da atualidade a exigir o pronunciamento contundente das forças revolucionárias. A emergência de um governo de direita no Brasil, após as eleições de 1989, coloca com nitidez ainda maior o desafio de como superar os impasses históricos que vive o país.

Relativamente à construção partidária, o balanço dos dois anos transcorridos desde a realização do 7º Congresso aponta para o crescimento numérico e para o avanço qualitativo das fileiras do PCdoB. O Partido cresceu e amadureceu política, teórica e ideologicamente.

Os materiais do 7º Congresso continuam atuais. Constituem rica fonte de ensinamento para os combatentes de vanguarda. Precisam ser estudados, divulgados e debatidos.

Homenagens ao aniversário de Lênin

O 120º aniversário do nascimento de Vladimir Ilich Lênin foi comemorado no Brasil através de diversas iniciativas do PCdoB. Uma edição especial de *A Classe Operária* circulou nacionalmente com uma tiragem de 25 mil exemplares, esgotados em poucos dias. Simultaneamente a direção nacional do PCdoB confeccionou, com tiragem de 10 mil exemplares, um cartaz homenageando Lênin.

Em diversos Estados foram realizados atos políticos e debates sobre a personalidade e a obra daquele que foi o principal herdeiro do legado teórico de Marx e Engels na época do imperialismo, o dirigente da revolução proletária e organizador do primeiro Estado socialista.

No dia 18 de abril um ato político reuniu centenas de pessoas no auditório do Sindicato dos Rodoviários de São Paulo para comemorar o 120º aniversário do nascimento de Lênin. Na ocasião o presidente nacional do Partido Comunista do Brasil, João Amazonas fez um emocionado pronunciamento e respondeu a uma série de perguntas dos ouvintes sobre o papel desempenhado por Lênin em nossa época.

Entre outras coisas, Amazonas ressaltou que "Lênin foi o nome mais destacado no cenário das realizações históricas do século XX". O presidente nacional do PCdoB referiu-se a Lênin como grande teórico marxista, afirmando que ele "alicerçou sua intensa atividade na doutrina de Marx, que desen-



Ato em São Paulo que o PCdoB homenageou Lênin

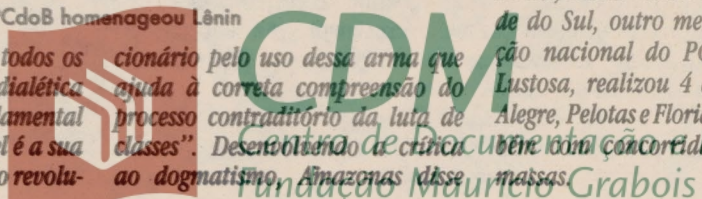
volveu criadoramente em todos os aspectos. Considerava a dialética como a base teórica fundamental dessa doutrina. Inestimável é a sua contribuição ao movimento revolu-

cionário pelo uso dessa arma que ajuda à correta compreensão do processo contraditório da luta de classes". Desentendiendo a crítica ao dogmatismo, Amazonas disse

que Lênin "encarava os fenômenos político-sociais dentro da realidade concreta em permanente movimento, para em seguida enfatizar que Lênin "era um inimigo do dogma, das repetições de fórmulas acabadas".

Em Brasília, também na presença de centenas de pessoas, o aniversário do nascimento de Lênin foi memorado com um ato político que contou com a presença do vice-presidente nacional do PCdoB, José Renato Rabelo. E nos Estados do sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, outro membro da direção nacional do PCdoB, Rogério Lustosa, realizou 4 debates (Porto Alegre, Pelotas e Florianópolis), também com a presença de milhares de massas.

Carmem Elias



CONSCIÊNCIA SOCIALISTA

"Esquerda" não é só manifestação de desejo

Rogério Lustosa*

Existe hoje uma certa fantasia em torno da palavra "esquerda". Alguns agrupamentos políticos se autoproclamam de esquerda - embora sua prática só com muito boa vontade possa ser considerada como tal. Outros, temerosos, fazem de tudo para se afastarem desta palavra mas, desafortunadamente, vez por outra são taxados de esquerdistas.

Base de classe

Ser de esquerda não é fruto de desejos e classificações abstratas. Esquerda, em geral, é a oposição ao sistema imperante. Depende fundamentalmente da base social a que tal ou qual organização represente. Pode ser uma "esquerda" ocasional, temporária, que se opõe a alguns aspectos do regime burguês, ou a algumas orientações políticas governamentais, ou revolucionária, que tem como objetivo liquidar as bases da exploração capitalista.

Marx já apontava, no Manifesto do Partido Comunista, que "de todas as classes que ora enfrentam a burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária. As outras classes degeneram e perecem com o desenvolvimento da grande indústria; o proletariado, pelo contrário, é o seu produto mais autêntico".

Soluções radicais

O proletariado não pode colocar-se de pé sem acabar com a propriedade privada sobre os meios de produção - alicerce do sistema capitalista - e instaurar a propriedade social sobre os mesmos. A esquerda conseqüente é aquela que representa a classe operária, é revolucionária, visa substituir o capitalismo pelo comunismo.

Outras correntes de esquerda, que representam camadas sociais intermediárias, às vezes gritam mais, apresentam-se com aspecto muito radical em certas ocasiões. Pela sua própria natureza de classe, entretanto, têm objetivos muito mais limitados. Podem ser aliadas da revolução e inclusive atuar de forma combativa. Mas são instáveis. Aqui e acolá encontram pretextos para agirem isoladas ou para se omitirem, e até para estabelecerem acordos com as classes dominantes.

A esquerda revolucionária, proletária, atua de forma coerente, porque se orienta pela teoria científica marxista-leninista. As organizações que representam classes intermediárias oscilam entre o ultra-radicalismo e a conciliação, porque são guiadas por análises imediatistas. Não percebem, em geral, o que é fundamental no movimento social. Ficam nas considerações particulares, envolvem-se em escaramuças e manobras localizadas sem ter em vista a guerra de classes em escala nacional e mundial.

Ação conjunta

Em relação ao Plano Collor, por exemplo, a diferença de comportamentos ficou patente. Alguns grupos de "esquerda" ficaram perplexos e outros passaram a combater medidas isoladas. Houve quem chegasse a dizer que faria muita coisa parecida se fosse governo! Tinham dificuldade em situar a ofensiva collorista dentro da estratégia geral do novo governo e da grande burguesia internacional.

Os comunistas constituem a esquerda mais conseqüente. Não são entretanto "proprietários" da esquerda. Não podem agir isolados ou se situar acima dos outros. Pelo contrário, só mantêm sua atitude de vanguarda se souberem estabelecer alianças não só com outras correntes de esquerda mas com forças democráticas muito mais amplas. Se souberem aprender com os aliados, absorver suas contribuições, criticar fraternalmente e receber as críticas dos outros.

*da direção nacional do PCdoB

Vencer as dificuldades do crescimento partidário

Marcos Panzera (Neco)*

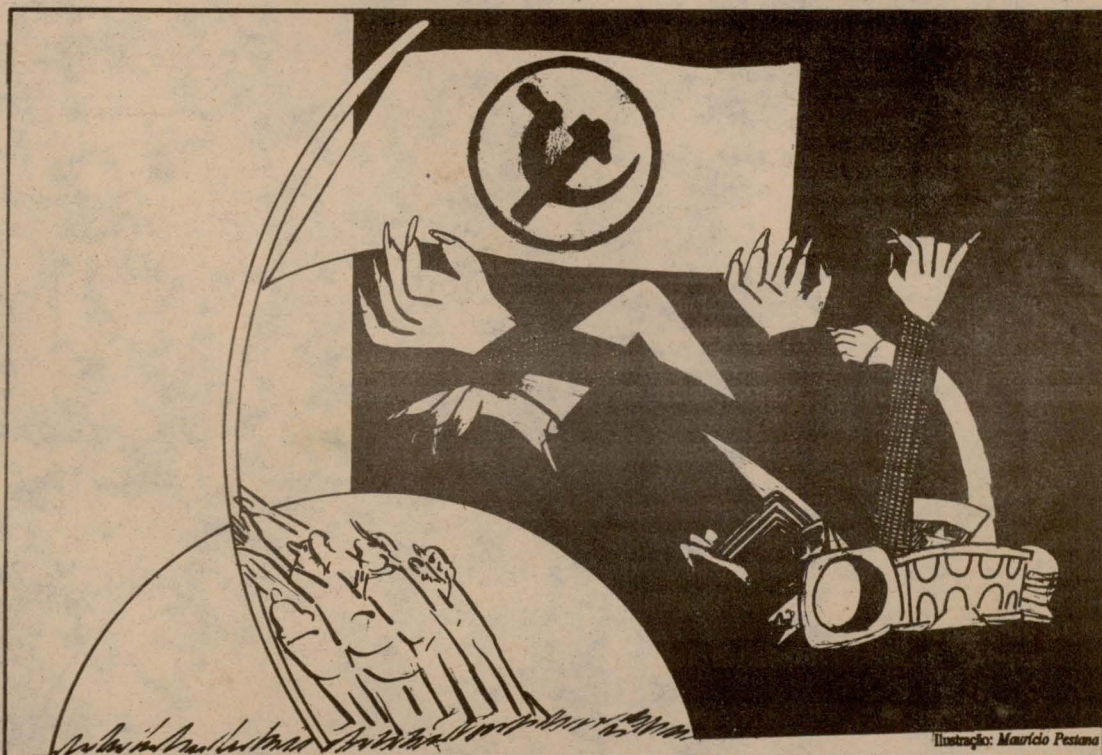


Ilustração: Maurício Pestana

O crescimento e consolidação do Partido se impõem com urgente necessidade. A direita se une em torno do governo Collor, exigindo em contrapartida a união das forças populares e progressistas para resisitir às medidas antipopulares e entreguistas e a fim de eleger nas próximas eleições significativa bancada de deputados federais e estaduais. O imperialismo investe furiosamente contra o socialismo e o marxismo-leninismo, buncando liquidar os partidos comunistas, impondo-nos uma contra-ofensiva no plano ideológico.

Nesse quadro de grande pressão do imperialismo, por um lado, e de uma aparente paz social, por outro, não é de se estranhar o aparecimento de certas manifestações erradas no processo de construção do Partido, que consistem num certo pessimismo, no desânimo e falta de empenho na realização das tarefas. Este fenômeno tem por base social a pequena-burguesia cujo espírito de hesitação, vacilação e comodismo se manifesta no seio do Partido.

Combate à rotina

O Partido Comunista do Brasil tem um caráter revolucionário. E esse caráter tem que se manifestar em nossa prática. A rotina, a morosidade, o pessimismo e o desânimo, não se ajustam ao mesmo. Particularmente os dirigentes têm grande responsabilidade em dar o tom da atividade partidária. Há camaradas que só vêem as dificuldades, os problemas e as debilidades, tornando-se fatores de atraso ao avanço do Partido. O dirigente tem que ser um animador permanente. Precisa estar sempre mobilizando os militantes, elevando sua moral, criando e recriando

formas e métodos mais avançados e adequados de direção e de trabalho.

Muitas vezes esse estilo de direção está aliado ao burocratismo, ao afastamento dos dirigentes das bases e das massas. As bases e as massas são nossa fonte permanente de apoio e renovação. Sem uma ligação estreita com as mesmas a tendência é cair no trabalho rotineiro que vai perdendo o sentido e o rumo. Nessa linha se encontram os dirigentes que têm a concepção mecânica de que o dirigente é o que manda, e o militante é o que faz, como um comandante de tropa que manda os soldados para a batalha e fica no quartel. O dirigente tem de acompanhar os militantes nas batalhas, coordenando e orientando sua ação.

Outras vezes é a prática empírica que leva à falta de perspectiva. O ativismo desenfreado que perde a visão do conjunto. Que só vê o que está fazendo isoladamente e não enxerga que o que faz é parte de um todo e de um processo mais amplo.

Novas exigências

É imperativo que se localize e se trave uma luta sem quartel contra essas manifestações para que se possa avançar.

Neste momento este problema assume maior importância por estar relacionado com a questão das dificuldades de nosso crescimento: sua existência freia e enfraquece a luta para superá-las.

Já se demonstrou que nossas dificuldades não são de um Partido em estagnação ou em decadência. Ao contrário, são dificuldades de desenvolvimento e crescimento do Partido. Di-

zem respeito a um maior número de filiados, um maior número de municípios a acompanhar, um maior número de organizadores de base etc. Tudo isso coloca novas e mais complexas exigências. Por serem problemas de crescimento, não representam perigo maior para o Partido. No entanto, são dificuldades que precisam ser superadas. Para tanto exigem tenacidade, criatividade, e um esforço revolucionário coletivo. É por isso que se faz necessário o combate a esses desvios que se manifestam no "corpo mole" de alguns camaradas, que, como salientou Stálin "... talvez por cansaço ou desalento ou por aspirarem a uma vida tranqüila, sem lutas nem agitações, precisamente por isso começam as vacilações e as flutuações, as viragens em busca da linha de menor resistência..."

É preciso atenção para que esses erros não se manifestem, particularmente nas campanhas de filiação e eleitoral. Tanto uma atitude idealista quanto pessimista poderá trazer prejuízos. A determinação de metas e objetivos exige análise precisa das condições objetivas e das possibilidades concretas. Pode-se errar tanto definindo objetivos além quanto aquém das possibilidades. A realidade impõe o avanço do Partido. As condições são favoráveis. O potencial do Partido e das massas é grande. A mobilização permanente do efetivo partidário e o combate a toda manifestação de direita no processo de construção do Partido são indispensáveis ao êxito dessas duas importantes campanhas e para o avanço rumo à concretização de nosso grande objetivo.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Crescem as filiações no RS

Com a realização de um Ativo Estadual de Organização, foi encerrada no dia 12 de abril, a primeira etapa da campanha de filiação do Partido Comunista do Brasil no Rio Grande do Sul, considerada pela direção local como um "um grande êxito".

Iniciada em março, a campanha possibilitou ao Partido passar dos 3.034 filiados para mais de 7 mil. Em importantes municípios do Estado foi atingido o número de filiados exigido para a legalização do Partido. Se antes da campanha o PCdoB havia atingido esse número em quatro municípios, hoje estes já somam 26. Em Caxias do Sul e Canoas os filiados ao PCdoB já são mais de mil e em Pelotas chegam a 800.

Uma das conclusões do Ativo Estadual de Organização é que além do aumento expressivo do número de filiados, outro fator que demonstra o êxito da primeira etapa da campanha é a qualidade das filiações. No balanço realizado, os dirigentes comunistas gaúchos registram que "inúmeras lideranças populares, especialmente dirigentes sindicais, centenas de operários, camponeses (pequenos proprietários e sem-terra), artistas e estudantes, entre outros, ingressam nas fileiras do PCdoB, demonstrando que cada vez mais as lideranças



do povo encontram nesse partido o verdadeiro motivo da sua luta".

Papel da militância

O fator da vitória na primeira etapa da campanha foi sem dúvida o empenho e a abnegação com

que a militância abraçou do coletivo partidário, que rompeu o defensismo e compreendeu a necessidade de filiar massivamente e abrir as portas do Partido para que ingressem em suas fileiras milhares de novos membros dispostos a lutar contra as elites e construir um novo Brasil, socialista.

Em todo o Estado há inúmeros exemplos de dedicação e criatividade dos comunistas gaúchos. Surgiram formas variadas de filiação, como as brigadas de filiadores, que consistiam em grupos de 5 a 10 pessoas deslocadas de um município onde o Partido não possuía militantes. As brigadas "acampavam" num município e só saía de lá com a meta atingida. De grande eficácia foram também as "filiações individuais". No município de Rio Grande, por exemplo, 30 pessoas ficaram responsáveis para filiar, cada uma, outras dez. Em Pelotas um só militante filiou 85 pessoas e outro 72. Em várias instâncias, o PCdoB organizou mutirões de filiação em locais de concentração urbana, portas de fábricas e no interior de escolas e universidades.

Na avaliação da direção regional do Rio Grande do Sul, outro fator que garantiu o êxito da campanha foi o papel do trabalho organiza-

do, planejado e controlado pelas organizações de base.

A agitação e a propaganda, principalmente o trabalho de difusão do jornal *A Classe Operária*, também jogou papel, na medida em que através dessa atividade aumentou sensivelmente a venda da Classe em todo o Estado.

Segunda etapa

A partir do início de maio até 24 de junho transcorrerá a segunda etapa da campanha de filiação no

Rio Grande do Sul. A diretriz básica da direção regional é "orientar com maior intensidade a filiação para os locais onde é necessário construir o Partido, os centros vitais da luta de classes".

As principais metas são complementar a cota mínima de filiados em 15 novos municípios, ampliar a militância nos municípios em que a cota mínima já foi atingida e pôr em funcionamento o Partido nos novos municípios onde tenha sido implantado.

(Da sucursal)

Filiar e forjar militantes

A campanha de filiação levada a cabo este ano pelo PCdoB deve ser entendida não apenas no aspecto legal - maior número de filiados é igual à quantidade de legalização do Partido - mas fundamentalmente na criação de oportunidade para um avanço qualitativo na construção partidária.

Lênin reforçou em diversas ocasiões a necessidade de edificar um partido forte organizadamente, numericamente poderoso, além de forte do ponto de vista teórico e ideológico.

Duas necessidades do Partido se colocam em evidência: a filiação e a organização das bases. Atendê-las exigirá toda a capacidade criativa dos militantes e dirigentes.

A filiação ao Partido deve ser um ato consciente, cujo ponto de partida é o entendimento do povo filiado (ainda que um entendimento inicial) do papel do Partido e do papel que cada novo filiado desempenha na luta.

Em seguida, é necessário que o Partido tenha zelo político e ideológico, o que o levará a aumentar sua influência política e se consolidar como partido de vanguarda. A existência e o trabalho ativo de milhares de militantes vão garantir este avanço rumo à conquista de um país socialista e revolucionariamente novo. (Cláudio Marachin, Porto Alegre, RS).

Gincana de assinaturas para divulgar A Classe

Neste mês de maio nosso jornal completou 65 anos de existência (ver matéria na edição anterior). Como parte das comemorações do aniversário, *A Classe* está promovendo uma gincana de venda de assinaturas por organismos de base do PCdoB. A promoção tem por objetivo ampliar a divulgação do jornal, aumentar sua venda e fortalecer as atividades do Partido, através dos organismos de base. São as seguintes as normas da gincana:



1 - Os organismos de base deverão vender assinaturas ou semestrais durante o período de 15 de maio a 15 de junho.

2 - Os cupons preenchidos deverão ser enviados juntamente com cheque nominal à Empresa Jornalística *A Classe Operária* (ver endereço no expediente).

3 - Para identificar os responsáveis pelas assinaturas vendidas, enviar o nome do organismo (se bou-

ver), localização, número de membros e outras informações que facilitem a identificação da O.B.

4 - As assinaturas serão recebidas com data de postagem até 12 de junho.

5 - Os prêmios serão os seguintes: 1º lugar - Coleção encadernada da Classe; 2º lugar - Biografia de Lênin; 3º lugar - Materiais do 7º Congresso do PCdoB.

COPA COM CLASSE

Vitória suada

Claudio Vladimir

Ganhamos o jogo contra os búlgaros, tá certo. Mas, não perdemos as preocupações. Mais uma vez, o time dirigido pelo garoto propaganda da Pepsi-Cola deixou evidente as suas falhas e, principalmente, a deficiência do seu esquema tático. É verdade que o time não estava completo e que o tempo de treinamento para esse primeiro amistoso antes da Copa foi muito pequeno mas, mesmo assim, deu para confirmar alguns problemas que muitos já falam há bastante tempo.

O primeiro deles é evidente: o esquema defensivo armado por Lazaroni é perigosíssimo. O meio-campo só combate, não cria e os dois atacantes, no caso Careca e Muller, ficam isolados a maior parte do tempo. Além disso, no jogo de sábado, a própria defesa, antes tida como inexpugnável, andou deixando a desejar, principalmente o zagueirão Ricardo, que falhou grosseiramente no gol dos búlgaros, revelando uma deficiência que muitos torcedores já desconfiavam. Ao mesmo tempo, o "líbero" Mauro Galvão não se deu bem nas suas modernas funções, os "alas" Jorginho e Branco foram pouco acionados e o meio-campo de Alemão, Silas e Valdo não só pouco criou, como errou muitos passes, levando o jogo numa lentidão desesperadora. Como se isso não bastasse, Silas voltou a fracassar, errando passes e chutes a gol, numa demonstração de que, na minha opinião, não tem nenhuma condição técnica, no momento, para ser titular na Copa.

O jogo contra a Bulgária serviu, também, para mostrar que, além de Taffarel e Careca, outro jogador começa a adquirir o status de titular absoluto, de "imexível": Muller. Foi uma das melhores coisas da seleção, junto com Careca. Da mesma forma, Silas confirmou que não pode ser titular e Ricardo Gomes, apesar de capitão e ídolo de Lazaroni, é um risco. O seu xará, Ricardo Rocha, se o teimoso treinador quiser, tem tudo para ser o titular, com muito mais eficiência.

Não deixa de ser preocupante o fato do Brasil suar para ganhar um jogo contra um time que sequer está entre os 24 que disputarão a Copa, tendo sido desclassificado nas eliminatórias pela Romênia, com golpe de Estado, Ceascescu e tudo mais. Vamos esperar pela escalação de Mozer e Dunga, embora este, na minha opinião, não melhora muita coisa, e continuar torcendo para que depois de ter tirado o seu pino, Romário consiga jogar a Copa. Aí, então, com Muller, Careca e Romário, se Lazaroni deixar, poderemos começar a torcer.

Outro aspecto que começa a preocupar os torcedores é o estado físico lastimável da maioria dos jogadores da seleção, principalmente os "estrangeiros" que terminaram uma desgastante temporada. O estaleiro da Granja Comari em Teresópolis esteve lotado durante toda a semana. Renato, Careca, Alemão, Bebeto, Mazinho, todos eles tiveram problemas físicos durante a semana. Como o tempo de preparação é muito curto, essa deficiência e esse esgotamento físico da maioria dos jogadores, submetidos a um calendário burro, no Brasil, e a um ritmo intenso, na Europa, pode nos causar grandes problemas na Itália.

Faltando pouco menos de 30 dias para a nossa estreia na Copa, contra a Suécia, Lazaroni continua tendo mais problemas do que soluções. Vamos esperar que o professor Luiz Henrique aprimore o estado físico da rapaziada e que Lazaroni perca um pouco a sua teimosia e coloque em campo um time mais ofensivo.

Em tempo: alguém viu o Tita em campo em Campinas? Eu não vil...

IDEIAS

"Pantanal" põe a cara do Brasil no vídeo

Clóves Geraldo

O Brasil tem outras "gentes". Não têm sotaque carioca ou palista. Nem se ligam aos clichês do baianismo, mineirismo ou gauchismo global (simulacros da cultura real e criativa das terras de Castro Alves, Guimarães Rosa e Érico Veríssimo). O eixo Rio-São Paulo que nivela a moda, modos e trejeitos das gentes brasileiras, nos horários novelescos viu-se arranhado pela mulher que vira onça, o fazendeiro que não é capiau, e a crueza bucólica do Pantanal matogrossense em "Pantanal", novela de Benedito Ruy Barbosa ("Paraíso", "Imigrantes", "Cabo-cla"), em 173 capítulos, com direção geral de Jaime Monjardim.

Não que aquelas "agentes", cujos sotaques a global-hollywoodiana torna um arrastado falar sem ligações populares, numa imitação grotesca, tenham quaisquer responsabilidades sobre o uso que fazem de sua linguagem. É que na ânsia modernosa de regionalizar sua dramaturgia, a produção global termina por deixar de lado os problemas reais e ataca com o pastiche, tornando o comportamento dos personagens em pleno sertão igualzinho ao de Ipanema.

As "gentes" deste Brasil com seu falar diversificado não foram descobertas pela televisão, tentou-se, à luz da ditadura militar, impor um olho e uma língua só, via Rede Globo. Mas as onças, cotias, jacarés, garças e jibóias, que povoam o "Pantanal", têm em seu habitat gente que vira onça para fazer parte da flora e da fauna. Às vezes, pensa-se que a natureza com suas árvores, seus rios, seus arbustos vão se fundir e sair caminhando rumo ao seu incandescente. Tudo tem um fluxo lento, um caminhar contínuo e profundo, com um canto aqui e outro ali, e uma cultura própria. E as "gentes do Mato Grosso" (Sul e Norte) vão junto, interferindo aqui e ali, sem ferir a natureza.

É esse fluir lento que deixa sempre antever o bote de uma jibóia, o disparo de uma espingarda, o banhar manso de uma jovem no rio e o suave amar de um casal imerso

nas águas. Muitas vezes a vida brota das águas (parto de Maria Marruá, pondo Juma na terra) e uma discussão amorosa tornada impossível (Maria Marruá e o marido) fende as lâminas no rio. Nunca a água esteve tão presente numa novela para simbolizar pureza, liberdade, e comunhão com a natureza.

Os primeiros capítulos de "Pantanal" - produção de 7,5 milhões de dólares - conquistaram os telespectadores exatamente pela veracidade com que o enredo transparece, mas também pela mística que encerra cada cena em que os personagens "se fundem com a natureza". A história é por demais simples: é o fluxo das famílias Leôncio e Marruá, indo do velho Juventino (Cláudio Marzo), seu filho José Leôncio (Paulo Gorgulho e novamente Cláudio Marzo) ao neto Jove (Marcos Winter), e de Maria Marruá (Cássia Kiss) e sua filha Juma (Cristiana Oliveira) da luta pela posse da terra aos

O grileiro que os expulsa vai depois ser amigo de Leôncio. Mas é também neste capítulo que Barbosa conta como o jovem José Leôncio foi cair nos braços da liberada Madeleine (Ingra Liberato). Estão também presentes em "Pantanal" todas as personagens típicas dos folhetins: a empregada Filó (Tânia Alves e depois Jussara Freire), espécie de muçama, com quem se supõe que Leôncio teve um filho, Tadeu (Marcos Palmeira), os capatazes que "puxam o saco" do patrão, o grileiro (Antônio Petrim), a irmã de Madeleine, irmã (Carolina Ferraz e depois Elaine Cristina).

As "gentes", então, se fundem. De um lado, as gentes da novela, e de outro, as gentes do meio urbano com o coração no meio mato. Esse Brasil que se urbanizou às custas da expulsão do homem da terra, igual à família de Maria Marruá, expulsa do norte do Paraná por um latifundiário, e que sonha retornar um dia à sua terra natal.

O que o "Pantanal" faz - e em boa hora - é mudar o eixo do discurso de um certo urbanismo mascarado, estilo global, para temas atuais, onde a defesa da ecologia surja inteira. Que os confrontos violentos e sangrentos de "O pagador de promessas", centrado em parte numa discussão sobre o latifúndio, e que foi abortada, ressurgja em outro nível. E que a juventude deixe fluir sua emoção, seu ódio, seu amor, suas carências, caso de Guta (Luciene Adami) encontre sua paz no contato com a natureza, sem perder de vista o futuro.

É nisto que reside a importância de "Pantanal". A visão classe média, das dores mal sentidas, do conflito epidérmico, da idealização de classe global, é substituído pela crueza da terra.

As "gentes" do campo, quando aparecem em "Pantanal" têm a cara de um Brasil que não se mostra no asfalto quente das metrópoles. Falam engolindo as sílabas e olhando para a frente. Bem diferente de outras gentes que só olham de frente para checar a identidade e ignoram os Brasil de outras gentes.



Cristiana de Oliveira (Juma), a revelação de "Pantanal"

conflitos amorosos e a presença grandiosa do Pantanal.

Mitologia pantaneira

Os personagens se sucedem de acordo com a época. Os presentes capítulos mostram os personagens maduros e seus filhos. Os atores da primeira fase foram substituídos. Nos capítulos iniciais, Benedito Ruy Barbosa mostra a saga de ambas as famílias, de como elas se formaram e chegaram ao estágio atual. Os Leôncios já como donos de milhares de cabeças de gado, ou como diz José Leôncio "tenho tantas cabeças de gado como estrelas no céu" e os Marruás sendo expulsos do norte do Paraná.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Professores em greve contra arrocho no PR

Mais uma vez o governador Álvaro Dias, do Paraná, ao invés de negociar com os professores, alunos e pais de alunos e atender às suas reivindicações, responde com polícia e violência à greve do magistério que já completou 50 dias no Estado, com a paralização total das escolas de 1.º e 2.º graus.

Em 87, a greve foi respondida com bombas e violência, levando professores e pais de alunos aos hospitais de Curitiba. Dessa vez os professores exigem piso salarial, parcela do orçamento destinada à educação, como prevê a Constituição Estadual, melhora das condições de ensino e um plano de carreira que dignifique a categoria. Álvaro Dias mostra-se intransigente, apresentando como resposta ameaças de demissão dos 70 mil professores parados, abertura de concurso para preenchimento de vagas e o não pagamento dos salários dos dias parados. Foi aberto inquérito administrativo para punir os diretores de escolas, que apóiam massivamente o movimento porque desde 1983 são escolhidos em eleições diretas, graças a conquista transformada em lei na gestão do então governador José Richa, hoje candidato pelo PSDB e ampla frente de oposição ao governo estadual.

Apesar de manter ainda profundas marcas corporativistas e baixo nível de politização, o movimento tem mobilizado permanentemente os professores. A presidente do Sindicato, Isolda Andreatta, juntamente com uma Comissão de Negociação, tem atuado de maneira firme apesar da intransigência do governo, que alega falta de recursos para pagar o aumento pretendido. Dia 2 de maio, após uma passeata de mais de 10 mil professores com o apoio dos pais e dos alunos, a polícia reprimiu a tentativa dos manifestantes de instalar barracas em frente ao Palácio Iguaçú. O governador negou-se a conversar com estudantes, e a secretária de Educação, G.ª Ja Poli, diz que concorda com as reivindicações, mas não tentou até o momento atender à pauta dos professores, e instalou em cada núcleo regional da secretaria uma co-

missão de sindicância para averiguar livros de ponto dos grevistas.

O movimento chegou esta semana ao impasse, gerando entre os pais de alunos profunda revolta pela possível perda do ano letivo. Por isso exigem, ao lado dos professores, que o governo atenda às suas reivindicações. O governador vetou um pequeno aumento aprovado pela Assembléia Legislativa e reafirma que não pagará os dias parados e não dará mais nenhum passo pela negociação.

(do Diretório Regional do PCdoB no Paraná)

"O jornal ficou mais atrativo com o novo projeto gráfico"

A imprensa alternativa proletária está de parabéns. O jornal A Classe Operária ganhou cara nova. Adquiriu a verdadeira feição de jornal. O novo projeto gráfico trouxe consigo um jornal mais atrativo, solto e gostoso de ler. É verdade que o monopólio dos meios de comunicação exercido pela burguesia ofusca o jornalismo proletário. Mas é com muita criatividade que se quebra esta barreira. Afinal, concorrer com os jornais burgueses nacionais não é tarefa fácil.

A nova cara de A Classe Operária, além de deixar o jornal mais atrativo, facilita de um modo geral o seu acesso ao povo. Mas para isso se completar é preciso haver também profissionalismo. O jornal deve estar nas bancas, exposto ao público - assim fica familiarizado e conhecido pela população. O novo projeto gráfico, na minha

opinião, também estimula o militante do Partido a vendê-lo e a fazer assinaturas com maior facilidade, pois o visual deixava muito a desejar - o jornal era massudo, cansativo e não oferecia estímulo à leitura, uma vez que as matérias eram muito longas, sem ilustração e textos blocados.

Também é verdade que faltam alguns ajustes no projeto. Em algumas páginas os espaços vazios não combinam com a disposição dos textos e das fotos. Matérias totalmente em negrito não soam bem à vista. Acho importante a publicação dos endereços regionais do Partido, como também do formulário de assinaturas. Como sugestão, deveria ser criada uma página para divulgação de fatos de importância municipal.

Na realidade, o povo brasileiro ganhou um novo jornal. Parabéns à Classe Operária.
(Caio Oliveira, Manaus, AM)

UJS faz debate sobre sexualidade em S. Luiz

A União da Juventude Socialista (UJS) promoveu no dia 19 de abril, no Auditório Fernando Falcão, da Assembléia Legislativa, um debate sobre Juventude e Sexualidade. Cerca de 50 jovens, a maioria estudantes, ouviram atentamente as exposições da Dra. Conceição Nascimento, sexóloga, e de Dorian Soero, psicóloga da CCA - Coordenação de Controle da AIDS.

A atividade consolida o papel da UJS-Maranhão como entidade preocupada com a educação sexual da ju-

ventude do Estado. Ao votar no início do ano a Lei Orgânica de S. Luiz a Câmara dos Vereadores aprovou emenda apresentada pelos jovens socialistas, no sentido de introduzir no currículo das escolas públicas de 2.º grau a disciplina sexualidade.

Além disso, o debate faz parte dos preparativos para o I Congresso Municipal da UJS-S. Luiz, que será realizado entre 18 e 20 deste mês. A previsão é que participem do evento mais de 100 jovens, entre eles convidados do interior do Estado, que poderão acumular experiência para implantar núcleos da Juventude Socialista em suas regiões.

A UJS-MA prepara-se também para promover um encontro ecológico, onde será debatida com destaque a questão do Projeto Carajás.
(da Coordenação Provisória da UJS-S. Luiz)

Pela unidade da FBP nas eleições de 1990

A Frente Brasil Popular demonstrou nas últimas eleições que veio mesmo para ficar, e a trinca PCdoB, PSB e PT ainda vai dar muito o que falar nas eleições deste ano. E ainda temos muitas balas na agulha para as disputas eleitorais de 1992 e 94. Como nem o PT nem o PSB possuem jornal próprio, a menos por enquanto a responsabilidade da Classe Operária triplica. Tenho certeza que ela vai dar conta do recado.

Por fim, acho que é preciso instruir as novas gerações sobre a epopéia do Araguaia, a fim de podermos homenagear heróis como Osvaldão, Dina,

Diogo, Jana e outros tantos. O sangue desses bravos e justos não pode ter sido derramado em vão.

(Fernando Costa de Paula, Petrópolis, RJ)

"Não concordo com mudanças estéticas na Classe Operária"

Venho expressar minha crítica em relação às mudanças "estéticas" ocorridas em nosso jornal. Diminuiu o espaço do logotipo na capa, o que não dá para entender. Nas páginas de dentro, ficaram ocultos o editorial e as opiniões dadas por dirigentes do Partido - estão agora numa página escondida, ao invés de permanecer na página 3, onde o leitor pode identificá-los mais facilmente.

É de lamentar também a pequena reportagem feita sobre o Araguaia, que pela sua importância para o Partido e o povo brasileiro merecia maior espaço.

Na parte Internacional tivemos um verdadeiro bombardeio de mentiras e matérias montadas no "Globo" sobre a Albânia Socialista, e a Classe não fez sequer menção. A revisão gráfica deixou muito a desejar, com erros de português em várias matérias; as fotos ficaram desbotadas e sem a referência ao fotógrafo. É de lamentar também que a coluna "Copa com Classe" continue sendo assinada por Cláudio Vladimir, que mostra nada entender de futebol, e procura misturar a política com o esporte.

Para não ficar só em críticas, gostaria de ressaltar a bela homenagem prestada a Maiakovsky e a reportagem sobre a crise do ensino na Bahia. Aproveito para sugerir que o jornal traga mais reportagens sobre a cultura do povo brasileiro, e dê maior atenção ao cinema e à música do país, resgatando letras e canções que falam da luta deste povo tão sofrido, mas que num futuro não muito distante verá a exploração acabar e o socialismo triunfar sobre o capitalismo agonizante.

(Cláudio Constantino Portugal, Petrópolis, RJ)

Assine já o seu jornal "A CLASSE OPERÁRIA"

Nome.....
Endereço.....
CEP.....Cidade.....Estado.....
Profissão.....

"A CLASSE OPERÁRIA" CUSTA MUITO POUCO:

Assinatura trimestral: Cr\$180,00

Assinatura semestral: Cr\$360,00

Preencha hoje mesmo este talão e envie cheque nominal à
Empresa Jornalística A Classe Operária Ltda.

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas

Editor: José Reinaldo Carvalho

Redação: Antonio Martins, Irasson Cordeiro Lopes e Umberto Martins

Diagramação e Arte: José Luís Munuera Reyes

Centro de Documentação: Joana D'arc de Sousa e Rosane Montiel

Administração: Sandra Mateus

Secretaria: Márcia Medeiros

Assinaturas: Cláudia Medeiros

Fotografia: Agência Foton

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - CEP 01318 - São Paulo/SP

Telefone: (011) 36-7531

Telex: 11-32133

Fax: (011) 36-4104

Nas capitais: ACRE - Rua Rio Grande do Sul, 65, CEP 69900, fone: (068)

224-7329, Rio Branco; ALAGOAS - Ladeira do Brito, 72 - fones: (082) 221-4634 e 221-4728, Maceió; AMAPÁ - Av. Antônio G. Tocantins, 47, CEP 68900, fone: (096) 231-3370, Macapá; AMAZONAS - Rua Luiz Antony, 762, CEP 69000, fone: (092) 232-3881, Manaus; BAHIA - Av. Cons. Junqueira Ayres, 41, Barris, CEP 40115, fone: (071) 241-6522, Salvador; CEARÁ - Rua São Paulo, 1.037, CEP 60000, fone: (085) 221-4090, Fortaleza; DISTRITO FEDERAL - HIGS 704, Bloco G, Casa 67, CEP 70302, fone: (061) 225-8202, Brasília; ESPÍRITO SANTO - Rua Prof. Baltazar, 152, CEP 29020, fone: (027) 222-8162, Vitória; GOIÁS - Rua Parnaíba, 355, CEP 74000, fone: (062) 223-5571, Goiânia; MARANHÃO - Rua Desantanhina, 194, CEP 65000, fone: (098) 229.5200, São Luiz; MATO GROSSO - Rua Comandante Costa,

548, fundos, CEP 78030, fone: (065) 321-5095, Cuiabá; MATO GROSSO DO SUL - Rua Rui Barbosa, 2.500, CEP 79010, Campo Grande; MINAS GERAIS - Rua Padre Belchior, 285, CEP 30190, fone: (031) 222-3161, Belo Horizonte; PARÁ - Rua 3 de maio, 1834, CEP 66800, fone: (091) 229-5200, Belém; PARAÍBA - Rua Almeida Barreto, 273, CEP 58020, fone: (083) 222-4413, João Pessoa; PARANÁ - Rua Mal. Deodoro, 1.161, Centro, fone: (041) 263-2049, Curitiba; PERNAMBUCO - Rua do Sossego, 53, CEP 50750, fone: (081) 222-3418, Recife; PIAUÍ - Rua Desemb. Freitas, 1.216, CEP 64020, fone: (086) 222-2044, Teresina; RIO DE JANEIRO - Rua 13 de Maio, 33, 16º andar, sala 1608, CEP 20010, fone: (021) 240-5286, Rio de Janeiro; RIO GRANDE DO NORTE - Rua Prof. Zuza, 99, CEP 59020, fone: (084)

222-6323, Natal; RIO GRANDE DO SUL - Rua Santo Antônio, 254, CEP 90220, fone: (0512) 28-5152, Porto Alegre; RONDÔNIA - Caixa Postal 1330, CEP 78.900, Porto Velho; RORAIMA - Rua Álvaro Maia, 165 - B. Aparecida, CEP 69300, Boa Vista; SANTA CATARINA - Rua Júlio Moura, 34, CEP 88010, fone: (0482) 22-1927, Florianópolis; SERGIPE - Rua do Lagarto, 807, CEP 49015, Aracaju.

A CLASSE OPERÁRIA é uma publicação da Empresa Jornalística A Classe Operária. Composição e montagem: Computar - Produções Gráficas e Assessoria de Sistemas S/C Ltda. Rua Cruz e Souza, 60 - Aclimação - São Paulo - SP - fone: (011) 285-3669. Fotalito e Impressão: Gráfica Joruês - fone: (011) 815-4999.

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

